

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E REQUISITOS BÁSICOS DOS SISTEMAS

1- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, VISANDO ATENDER ÀS ÁREAS DE: COMPRAS, LICITAÇÕES E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS COM ATENDIMENTO A FASE IV AUDESP; ALMOXARIFADO; PATRIMÔNIO; E ORÇAMENTO PROGRAMA, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA.

2. Dos requisitos tecnológicos dos Sistemas:

2.1. Características gerais dos sistemas pretendidos:

2.1.1	REQUISITOS TECNOLÓGICOS
a.	Os sistemas deverão ser desenvolvidos em plataforma WEB e ser acessado pelos navegadores Internet Explorer, Firefox e Chrome em suas versões mais recentes não sendo permitido qualquer tipo de emulação ou virtualização.
b.	Deverão ser Instalados no IIS (Internet Information Services) versão 7 ou superior.
c.	Utilizar o protocolo TCP/IP versão 4 e superior como meio de comunicação na rede.
d.	Esta Administração se prontifica a criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, porém sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma.
e.	Os sistemas e banco de dados ficarão hospedados nos servidores desta Administração, que poderá ficar com a posse das senhas de Administradores, sendo de sua responsabilidade a guarda das informações do mesmo, publicação, elaboração de backup e também pela manutenção dos computadores, servidores e ambiente de rede.
f.	Não deverá ter impedimentos para o uso de certificado SSL.
g.	Não deverá possuir limites de usuários.
h.	A linguagem a ser apresentada no sistema deverá ser o Português do Brasil.
i.	Deverá possuir ferramenta própria que faça a instalação, atualize e gerencie as aplicações no servidor.
j.	O procedimento de atualização deverá ser com comunicação automática entre a aplicação gerencial com o site da contratada.
k.	Qualquer comunicação com o site da contratada deverá ser feita com segurança através do protocolo HTTPS.
l.	Possibilitar a geração de todos os relatórios em impressoras a laser, jato de tinta instalada localmente ou em rede e em tela.
m.	Possuir recursos para salvar os relatórios nos formatos XLS ou DOC ou PDF quando pertinente.
n.	Os principais relatórios deverão ter a possibilidade de adicionar campo de

	assinatura do responsável.
o.	Os relatórios deverão ser pré-formatados e constar no menu do sistema, sendo dispensado a necessidade de uso de gerador de relatórios para elaborá-los.
p.	Deverá ter a opção de associar previamente pelo administrador o brasão a ser utilizado nos relatórios.
q.	Sempre que houver alteração de legislação referente a normas e portarias do Egrégio TCE-SP, Legislação das licitações, alteração do AUDESP e demais legislações que refletem na boa forma de execução do objeto, deverá ser customizado sem qualquer ônus.
2.1.2.	REQUISITOS DE SEGURANÇA
a.	O acesso ao sistema só poderá ser feito mediante a validação de usuário e senha no mesmo.
b.	Ao cadastrar um usuário deverá ser possível definir suas permissões com a possibilidade de liberar uma função ou menu como somente leitura ou gravação.
c.	Deverá ser possível a criação de grupo de usuários e definir suas respectivas permissões.
d.	Deverá ser possível a associação de usuário e grupo
e.	Os usuários deverão poder trocar sua senha sem a necessidade de acionar o departamento de tecnologia.
2.1.3	REQUISITOS DE BANCOS DE DADOS (SGBD)
a.	Utilizar uma base de dados única ou integrada, relacional, padrão SQL para todos os sistemas.
b.	O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) da aplicação deverá ser de procedência reconhecida no mercado além de ter suporte técnico no Brasil pela própria empresa desenvolvedora.
c.	O SGBD (sistema gerenciador de banco de dados) do sistema deverá possuir interface gráfica de administração, com controles de acesso por usuários com opções de níveis de acesso e funções de backup tanto com o banco de dados em produção quanto por agendamento.
2.1.4.	SUORTE TÉCNICO
a.	A contratada deverá prestar suporte técnico de segunda à sexta-feira das 08:00 as 17:00 horas, por telefone, e-mail ou conexão remota.
b.	A ferramenta de conexão remota deverá ser gratuita para a contratante além de ser executada sem a necessidade de se fazer a instalação.
c.	A ferramenta de conexão deverá possuir criptografia em sua conexão além de sempre indicar ao usuário que alguém está conectado em seu computador.
2.1.5.	PRAZOS DE CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL
a.	A conversão de dados, a implantação dos sistemas e ministrar a capacitação de pessoal no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviços e de tais arquivos juntamente com os respectivos layouts, dicionário de dados e tabela de relacionamentos, mediante protocolo com a devida validação por parte da empresa vencedora.

b.	Para a conversão de dados, a Administração fornecerá, juntamente com a ordem de serviços, os arquivos com os respectivos layouts, dicionário de dados e tabelas de relacionamento, com as descrições de cada campo, para que a Contratada possa iniciar os serviços.
c.	Não havendo possibilidade de a Administração enviar tais arquivos da maneira descrita, poderá fornecer os dados na forma que possuir, com o dicionário de dados e tabelas de relacionamento, devendo para tanto o prazo acima, de até 15 (quinze) dias, ou ainda ser prorrogado por igual período.
d.	A contratada se obriga a implantar o sistema e dar capacitação de usuários no limite abaixo estabelecido.
e.	As capacitações deverão ser para até 10 usuários por vez com duração de aproximadamente 6 horas.
f.	As capacitações de pessoal serão efetuadas nas instalações da Administração através de equipamentos e materiais didáticos da CONTRATADA.
g.	Caso a Administração entenda necessário, as capacitações poderão ser transferidas para a sede da CONTRATADA, às expensas da CONTRATANTE.

A contratada deverá fornecer licenças de uso dos seguintes sistemas e capacitar o pessoal conforme quantitativo de usuários da tabela abaixo:

Sistemas	Nº de Usuários
Sistema de Compras, Licitações e Gerenciamento de Contratos, com atendimento a Fase IV Audeps
Sistema de Almoxarifado
Sistema de Patrimônio
Sistema de Orçamento Programa, Execução Orçamentária, Contabilidade Pública e Tesouraria

3. Das funcionalidades e requisitos dos Softwares.

Nesta seção será apresentada a especificação inerente as áreas de: Compras, Licitações e Gerenciamento de Contratos, com atendimento a Fase IV Audeps; Almoxarifado; Patrimônio; e Orçamento Programa, Execução Orçamentária, Contabilidade Pública e Tesouraria; sendo listada as **FUNCIONALIDADES**, e os requisitos dos Softwares classificado como **OBRIGATÓRIOS** e **DESEJÁVEIS**.

3.1. Das funcionalidades e requisitos para o **Sistema de Compras, Licitações e Gerenciamento de Contratos com atendimento a Fase IV do AUDESP**.

O módulo de Licitações e Contratos deverá ser desenvolvido na plataforma WEB permitindo utilização na intranet e internet.

O módulo deverá sobre tudo atender as Leis 8.666/93, 10.520/02, 123/2006 e suas atualizações, bem como a prestação de contas da Fase IV do sistema AUDESP através de geração do arquivo XML no layout definido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Deverá permitir integração com os módulos de Contabilidade, Almoxarifado e Patrimônio da mesma plataforma de desenvolvimento.

3.1.1. Das especificações OBRIGATÓRIAS para o Sistema de Compras, Licitações e Gerenciamento de Contratos atendendo a Fase IV do AUDESP.

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA O SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS COM ATENDIMENTO A FASE IV DO AUDESP.
3.1.1.1.	Sobre os Cadastros
a.	Deverá possibilitar o controle de datas da aplicação, não permitindo retroagir os lançamentos, de acordo com comunicado do TCESP – SDG 43/2012, permitindo visualizar no momento da alteração a data vigente do sistema e data futura.
b.	Deverá permitir cadastrar as unidades orçamentárias existentes na instituição, informando “Órgão”, “Unidade Orçamentaria” e “Unidade Executora”. Quando utilizado a integração com o módulo de Contabilidade os registros deverão ser preenchidos pela integração das informações.
c.	Deverá permitir cadastrar Ação, Função e Sub-Função e Programa, informando código e descrição. Quando utilizado a integração com o módulo de Contabilidade os registros deverão ser preenchidos pela integração das informações.
d.	Deverá permitir cadastrar as Fichas Contábeis, identificação do Ano, Número da Ficha, Unidade Orçamentária, Função e SubFunção, Programa, Ação, Categoria Econômica e Destinação de Recurso. Quando utilizado a integração com o módulo de Contabilidade os registros deverão ser preenchidos pela integração das informações.
e.	Deverá permitir cadastrar os Centros de Custos atrelados a Unidade Orçamentária.
f.	Deverá permitir cadastrar Grupos de Produtos para classificação dos produtos que serão cadastrados no sistema, respeitando a quantidade de níveis configurados (ex: Grupo / Subgrupo / Classe), definindo em “Materiais”, “Serviços”, “Permanentes” ou “Obras e Serviços de Engenharia”. Deverá permitir definir as categorias econômicas de acordo com o AUDESP.
g.	Deverá permitir cadastrar os produtos informando: Grupo de Produtos, Unidade de medida e Tipo do estoque.
h.	Deverá permitir o cadastro de catálogo de material.
i.	Deverá permitir cadastrar o local de entrega dos produtos ou execução dos serviços informando o nome do local de entrega / serviço com vinculação de um ou mais endereços.
j.	Deverá permitir cadastrar os órgãos gerenciadores das atas de registro de preços que serão aderidas (Carona) informando CNPJ, Nome e um ou mais endereços.
k.	Deverá permitir cadastrar o responsável informando CPF, Nome e Função, definindo a responsabilidade em “Requisitante”, “Comprador” e “Assistente de Compras”.
l.	Deverá permitir cadastrar os ramos de atividades informando Código e Nome, porém o sistema deverá disponibilizar uma carga inicial de dados de acordo com CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica).
m.	Deverá permitir cadastrar comissão definindo o Nome e Tipo da Comissão, Tipo do documento com número e data, Período de Vigência e vincular um ou mais integrante informando CPF, Nome, Cargo, Atribuição e Natureza do Cargo.
n.	Deverá permitir anexar arquivos junto ao cadastro da Comissão;

o.	Deverá permitir informar se houve publicação do ato de nomeação da Comissão, vinculando uma ou mais publicação definindo: <ul style="list-style-type: none"> • Veículo de comunicação utilizado para publicação do ato; • Data da publicação; • Se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição; • Descrição da publicação; • Permitir anexar arquivos por publicação;
p.	Deverá permitir cadastrar os fornecedores/credores informando:
p.1	Se "Pessoa física" ou "Jurídica".
p.2	Se "Fornecedor" ou "Credor".
p.3	O CNPJ ou CPF e razão social ou nome.
p.4	O Porte sendo "Limitada", "Sociedade Anônima", "Microempresa", "Empresa de Pequeno Porte", "Microempresário Individual" ou "Eirelli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada)".
p.5	Nome Fantasia.
p.6	Site.
p.7	Inscrição Municipal.
p.8	Inscrição Estadual.
p.9	Se está apto para compra e ativo.
p.10	Um ou mais ramo de atividade de acordo com CNAE.
p.11	Um ou mais endereço, mas apenas um endereço poderá ser definido como "Principal".
p.12	A localidade dos endereços adicionados em "Local", "Regional" ou "Não se aplica".
p.13	Um ou mais contato preenchendo nome, e-mail, telefone e ramal.
p.14	Um ou mais representante preenchendo CPF, nome e função.
p.15	Um ou mais sócio preenchendo CPF e nome.
p.16	Um ou mais administrador preenchendo CPF e nome, mas permitir informar apenas um administrador como principal.
p.17	Um ou mais grupo de produtos que o fornecedor / credor em questão está habilitado a vender de acordo com o ramo de atividade da empresa.
p.18	Um ou mais produto que o fornecedor / credor em questão está habilitado a vender de acordo com o ramo de atividade da empresa.
p.19	Um ou mais documento de habilitação com definição do tipo do documento, se foi entregue ou não, data de emissão, data de validade e permitir anexar arquivos por documento.
p.20	Os índices econômicos da empresa, devendo o sistema calcular automaticamente os índices obtidos.
3.1.1.2	Sobre o CRC (Certificado de Registro Cadastral)
a.	Deverá permitir a emissão do CRC informando a data de emissão, o fornecedor, a vigência e a comissão responsável por autorizar o registro cadastral.
3.1.1.3	Sobre a Reserva Orçamentária
a.	Deverá permitir solicitar a reserva orçamentária informando o número do processo administrativo, unidade orçamentária, centro de custo, ficha orçamentária e valor da solicitação.
b.	Deverá permitir a vinculação da cotação à solicitação de reserva.
3.1.1.4	Sobre a Requisição de Compra
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir registrar a requisição informando Centro de Custo, Solicitante, Local de Entrega dos Produtos / Serviços com endereço,

	Justificativa da Compra, Tipo do Objeto da Compra, Objeto e os produtos ou serviços.
b.	Sobre a Autorização:
b.1	Deverá permitir configurar se a instituição utilizará a autorização eletrônica das requisições de compras.
b.2	Deverá permitir registrar se "Aprovado" ou "Reprovado" e quando reprovado permitir justificar.
b.3	Deverá exibir na requisição reprovada a justificativa registrada.
c.	Sobre a Consulta do Trâmite de Requisição:
c.1	Deverá permitir visualização da tramitação da requisição com registro das datas e etapas.
3.1.1.5	Sobre a Cotação de Preços:
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar o número do processo administrativo, responsável pela cotação, tipo de objeto, objeto e o critério de julgamento.
a.2	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
a.3	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
a.4	Deverá permitir buscar os fornecedores utilizando a consulta por grupo de produtos e/ou ramo de atividade.
a.5	Deverá permitir exportação de arquivo no formato 'xls' para cotação eletrônica.
a.6	Deverá permitir solicitar cotação através de e-mail disparado para os fornecedores diretamente do sistema.
a.7	Deverá permitir importação de arquivo no formato 'xls' com a cotação apresentada por fornecedor.
a.8	Finalizado o registro dos valores o sistema deverá exibir em tela para o usuário a grade comparativa para conferência, melhor visualização das colocações e médias obtidas.
b.	Sobre a Autorização:
b.1	Deverá permitir configurar se a instituição irá utilizar a autorização eletrônica das cotações.
b.2	Deverá permitir registrar se "Aprovado" ou "Reprovado" e quando reprovado permitir justificar.
b.3	Deverá exibir na cotação reprovada a justificativa registrada.
3.1.1.6	Sobre as Contratações Diretas: Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação:
a.	Deverá permitir definir a modalidade aplicada, sendo "Dispensa de Licitação" ou "Inexigibilidade de Licitação".
b.	Deverá permitir informar o fundamento legal que justifique a modalidade aplicada.
c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
d.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.
e.	Deverá permitir informar o tipo da contratação, o critério de julgamento, o regime de execução da contratação em questão e se está sendo aplicado benefício da Lei 123/2006 e suas atualizações.
f.	Deverá permitir informar se a contratação em questão permite subcontratação.

g.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:
g.1	Quando Amostra: Deverá permitir registrar as amostras que foram aprovadas, reprovadas ou que não foram apresentadas pelo fornecedor.
g.2	Quando Visita Técnica: Deverá permitir registrar os fornecedores e representantes com CPF que realizaram visita técnica.
h.	Quando a contratação for pertinente à inexigibilidade de licitação o sistema deverá permitir informar se houve credenciamento, quais fornecedores foram credenciados e se houve a publicação do ato.
i.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
j.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
k.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se a contratação em questão possui reserva orçamentária para tal despesa.
l.	Deverá permitir exportação de arquivo no formato 'xls' para preenchimento eletrônico dos valores.
m.	Deverá permitir importação de arquivo no formato 'xls' com os valores apresentados por fornecedor.
n.	Deverá permitir o preenchimento manual dos valores informando o fornecedor, nome do contato com o fornecedor, data do orçamento, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
o.	Finalizado o registro dos valores o sistema deverá exibir em tela para o usuário a grade comparativa para conferência, melhor visualização das colocações e melhores ofertas obtidas.
p.	Deverá permitir informar se houve a publicação da ratificação da contratação direta e a data da publicação.
q.	Deverá permitir informar se houve audiência pública e a data da audiência.
r.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
s.	Deverá permitir informar se é contratação com fundamento no Art. 3º, VI, VII, VIII ou IX da resolução nº 07/2014.
t.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de documentos, nos termos do Art. 3º, XVI, dos aditamentos 1 e 2/2014 (resolução nº 7/2014).
u.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
v.	Deverá permitir vincular no registro da contratação uma cotação autorizada, devendo o sistema preencher automaticamente os dados iguais, sem a necessidade do preenchimento dessas informações.
w.	Deverá permitir consultar as contratações por data, objeto, modalidade, cotação, processo administrativo e situação.
x.	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas das contratações que estão finalizadas.
3.1.1.7	Sobre a Carta Convite
a.	Deverá permitir informar o número e ano da modalidade.
b.	Deverá permitir informar o número, ano e data do edital.

c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
d.	Deverá permitir informar a média total estimada da licitação, porém quando vinculado cotação o preenchimento dessa informação deverá ser automática.
e.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.
f.	Deverá permitir informar a natureza da licitação.
g.	Deverá permitir informar o tipo da licitação, sendo "Menor Preço", "Maior Lance ou Oferta" ou "Maior Desconto".
h.	Deverá permitir informar o critério de julgamento.
i.	Permitir informar o regime de execução.
j.	Deverá permitir informar se está sendo aplicado benefício da Lei 123/2006 e suas atualizações.
k.	Deverá permitir informar se exige garantia, nesse caso informar o valor da garantia e o quanto representa em percentual.
l.	Deverá permitir informar se permite subcontratação.
m.	Deverá permitir informar se houve audiência pública e a data da audiência.
n.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
o.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:
o.1	Quando Amostra: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar se as amostras serão verificadas de todos os fornecedores habilitados ou somente da melhor oferta. • Deverá permitir registrar os fornecedores que tiveram as amostras aprovadas, reprovadas ou que não apresentou.
o.2	Quando Visita Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar os fornecedores e representantes que realizaram visita técnica. • Deverá permitir declarar o certame "Deserto" quando nenhum fornecedor realizar visita técnica.
p.	Deverá permitir informar se há exigência de atestado de desempenho, nesse caso preenchendo o percentual exigido por produto / serviço.
q.	Deverá permitir informar se exige quitação tributária prévia dos licitantes, informando se as quitações são municipais, estaduais e/ou federais.
r.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
s.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
t.	Deverá permitir vincular a Comissão de licitação e os integrantes responsáveis pelo certame em questão.
u.	Deverá permitir informar o local com endereço, data e hora da entrega dos envelopes.
v.	Deverá permitir informar data e hora da abertura dos envelopes.
w.	Deverá permitir informar data e hora do julgamento da licitação.
x.	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos/ serviços com endereço.
y.	Deverá permitir informar o prazo da entrega dos produtos / serviços.
z.	Deverá permitir informar a condição de pagamento.
aa.	Deverá permitir informar a validade.

bb.	Deverá permitir informar se há exigência de índice econômico mínimo para participação do certame, nesse caso informar o valor mínimo exigido por índice.
cc.	Deverá permitir informar se houve publicação do certame, nesse caso informar o veículo de comunicação utilizado, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
dd.	Deverá permitir buscar os fornecedores utilizando a consulta por grupo de produtos e/ou ramo de atividade.
ee.	Deverá permitir anexar arquivos.
ff.	Deverá permitir vincular no registro da carta convite uma cotação autorizada, devendo o sistema preencher automaticamente os dados iguais, sem a necessidade do preenchimento dessas informações.
gg.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se o certame em questão possui reserva orçamentária para tal despesa.
hh.	Deverá permitir exportação de arquivo no formato 'xls' para preenchimento eletrônico dos valores.
ii.	Deverá permitir importação de arquivo no formato 'xls' com os valores apresentados por fornecedor.
jj.	Deverá permitir registrar a habilitação dos fornecedores definindo resultado para os mesmos de acordo com o critério de julgamento definido "Item", "Lote" ou "Global".
kk.	Deverá permitir registrar na habilitação o representante do fornecedor em questão informando Nome e CPF.
ll.	Deverá permitir informar na habilitação dos fornecedores de pequeno porte se o mesmo apresentou declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
mm.	Deverá permitir atualizar a situação da licitação como "Deserta" ou "Fracassada" partindo dos resultados obtidos na habilitação.
nn.	Deverá permitir o preenchimento manual dos valores informando o fornecedor, Nome e CPF do representante, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
oo.	Finalizado o registro das propostas o sistema deverá disponibilizar em tela para o usuário a grade comparativa, visando: <ul style="list-style-type: none"> • Conferência e visualização das melhores ofertas recebidas; • Realizar o desempate quando houver; • Aplicar preferências de contratação, quando aplicado os benefícios da lei 123/2006 e suas atualizações; • Fracassar a licitação se julgado que os valores apresentados não correspondem com os valores praticados no mercado;
pp.	Deverá permitir registrar a adjudicação da licitação, informando a data da adjudicação e se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
qq.	Deverá permitir registrar a homologação total ou parcial dos fornecedores, informando a data da homologação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
rr.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de

	documentos, nos termos do Art. 83º, XVIII, da instrução 02/2016.
ss.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
tt.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como "Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
uu.	Deverá permitir a impressão da Ata de Sessão Pública, podendo essa ser gerada por etapa, sendo: "Abertura e Julgamento da Habilitação", "Abertura e Julgamento das Propostas" ou "Ata de Sessão Pública" registrando a data de geração.
vv.	Deverá permitir consultar os convites por número e ano, por edital, objeto, comissão, data de abertura, processo administrativo e situação.
ww.	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas das Cartas Convites que estão finalizadas e/ou encerrado.
3.1.1.8	Sobre a Tomada de Preço:
a.	Deverá permitir informar o número e ano da modalidade.
b.	Deverá permitir informar o número, ano e data do edital.
c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
d.	Deverá permitir informar a média total estimada da licitação, porém quando vinculado cotação o preenchimento dessa informação deverá ser automático.
e.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.
f.	Deverá permitir informar a natureza da licitação.
g.	Deverá permitir informar o tipo da licitação, sendo "Menor Preço", "Maior Lance ou Oferta" ou "Maior Desconto".
h.	Deverá permitir informar o critério de julgamento.
i.	Deverá permitir informar o regime de execução.
j.	Deverá permitir informar se está sendo aplicado benefício da Lei 123/2006 e suas atualizações.
k.	Deverá permitir informar se exige garantia, nesse caso informar o valor da garantia e o quanto representa em percentual.
l.	Deverá permitir informar se permite subcontratação.
m.	Deverá permitir informar se houve audiência pública e a data da audiência.
n.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
o.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:
o.1	Quando Amostra: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar se as amostras serão verificadas de todos os fornecedores habilitados ou somente da melhor oferta. • Deverá permitir registrar os fornecedores que tiveram as amostras aprovadas, reprovadas ou que não apresentou.
o.2	Quando Visita Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar os fornecedores e representantes que realizaram visita técnica. • Deverá permitir declarar o certame "Deserto" quando nenhum fornecedor realizar visita técnica.
p.	Deverá permitir informar se há exigência de atestado de desempenho, nesse caso preenchendo o percentual exigido por produto / serviço.
q.	Deverá permitir informar se exige quitação tributária prévia dos licitantes,

	informando se as quitações são municipais, estaduais e/ou federais.
r.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
s.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
t.	Deverá permitir realizar a cotização no máximo de 25% dos produtos de natureza divisível apenas se o certame estiver aplicando o benefício da lei 123/2006 e suas atualizações como "Tratamento Diferenciado / Simplificado".
u.	Deverá permitir vincular a Comissão de licitação e os integrantes responsáveis pelo certame em questão.
v.	Deverá permitir informar o local com endereço, data e hora da entrega dos envelopes.
w.	Deverá permitir informar data e hora da abertura dos envelopes.
x.	Deverá permitir informar data e hora do julgamento da licitação.
y.	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos/ serviços com endereço.
z.	Deverá permitir informar o prazo da entrega dos produtos / serviços.
aa.	Deverá permitir informar a condição de pagamento estabelecida no edital.
bb.	Deverá permitir informar a validade estabelecida no edital.
cc.	Deverá permitir informar se há exigência de índice econômico mínimo para participação do certame, nesse caso informar o valor mínimo exigido por índice.
dd.	Deverá permitir informar se houve publicação do certame, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ee.	Deverá permitir anexar arquivos.
ff.	Deverá permitir vincular no registro da tomada de preço uma cotação autorizada, devendo o sistema preencher automaticamente os dados iguais, sem a necessidade do preenchimento dessas informações.
gg.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se o certame em questão possui reserva orçamentária para tal despesa, nesse caso o sistema deverá permitir vincular uma ou mais reservas orçamentárias que não possuam vínculo com outro processo.
hh.	Deverá permitir exportação de arquivo no formato 'xls' para preenchimento eletrônico dos valores.
ii.	Deverá permitir importação de arquivo no formato 'xls' com os valores apresentados por fornecedor.
jj.	Deverá permitir registrar a habilitação dos fornecedores definindo resultado para os mesmos de acordo com o critério de julgamento definido "Item", "Lote" ou "Global".
kk.	Deverá permitir registrar na habilitação o representante do fornecedor em questão informando Nome e CPF.
ll.	Deverá permitir informar na habilitação dos fornecedores de pequeno porte se o mesmo apresentou declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
mm.	Deverá permitir atualizar a situação da licitação como "Deserta" ou "Fracassada" partindo dos resultados obtidos na habilitação.
nn.	Deverá permitir o preenchimento manual dos valores informando o

	fornecedor, Nome e CPF do representante, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
oo.	Deverá permitir no caso de certame com cotização replicar os valores registrados pelas as empresas de pequeno porte na cota principal para cota reserva.
pp.	Finalizado o registro das propostas o sistema deverá disponibilizar em tela para o usuário a grade comparativa, visando: <ul style="list-style-type: none"> • Conferência e visualização das melhores ofertas recebidas; • Realizar o desempate quando houver; • Aplicar preferências de contratação, quando aplicado os benefícios da lei 123/2006 e suas atualizações; • Fracassar a licitação se julgado que os valores apresentados não correspondem com os valores praticados no mercado;
qq.	Deverá permitir registrar a adjudicação da licitação, informando a data da adjudicação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
rr.	Deverá permitir registrar a homologação total ou parcial dos fornecedores, informando a data da homologação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ss.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de documentos, nos termos do Art. 83º, XVIII, da instrução 02/2016.
tt.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
uu.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como "Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
vv.	Deverá permitir a impressão da Ata de Sessão Pública, podendo essa ser gerada por etapa, sendo: "Abertura e Julgamento da Habilitação", "Abertura e Julgamento das Propostas" ou "Ata de Sessão Pública" registrando a data de geração.
ww.	Deverá permitir o registro das ocorrências do certame na Ata de Sessão Pública.
xx.	Deverá permitir consultar as tomadas de preços por número e ano, por edital, objeto, comissão, data de abertura, processo administrativo e situação.
yy.	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas das Tomadas de Preços que estão finalizadas e/ou encerrado.
3.1.1.9	Sobre a Concorrência Pública:
a.	Deverá permitir informar o número e ano da modalidade.
b.	Deverá permitir informar o número, ano e data do edital.
c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
d.	Deverá permitir informar a média total estimada da licitação, porém quando vinculado cotação o preenchimento dessa informação deverá ser automático.
e.	Deverá permitir a vinculação da Pré-Qualificação registrada para o objeto em questão.

f.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.
g.	Deverá permitir informar a natureza da licitação.
h.	Deverá permitir informar o tipo da licitação, sendo "Menor Preço", "Maior Lance ou Oferta" ou "Maior Desconto".
i.	Deverá permitir informar o critério de julgamento.
j.	Deverá permitir informar o regime de execução.
k.	Deverá permitir informar se está sendo aplicado benefício da Lei 123/2006 e suas atualizações.
l.	Deverá permitir informar se exige garantia, nesse caso informar o valor da garantia e o quanto representa em percentual.
m.	Deverá permitir informar se permite subcontratação.
n.	Deverá permitir informar se houve audiência pública e a data da audiência.
o.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
p.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:
p.1	Quando Amostra: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar se as amostras serão verificadas de todos os fornecedores habilitados ou somente da melhor oferta. • Deverá permitir registrar os fornecedores que tiveram as amostras aprovadas, reprovadas ou que não apresentou.
p.2	Quando Visita Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar os fornecedores e representantes que realizaram visita técnica. • Deverá permitir declarar o certame "Deserto" quando nenhum fornecedor realizar visita técnica.
q.	Deverá permitir informar se há exigência de atestado de desempenho, nesse caso preenchendo o percentual exigido por produto / serviço.
r.	Deverá permitir informar se exige quitação tributária prévia dos licitantes, informando se as quititações são municipais, estaduais e/ou federais.
s.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
t.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
u.	Deverá permitir realizar a cotização no máximo de 25% dos produtos de natureza divisível apenas se o certame estiver aplicando o benefício da lei 123/2006 e suas atualizações como "Tratamento Diferenciado / Simplificado".
v.	Deverá permitir vincular a Comissão de licitação e os integrantes responsáveis pelo certame em questão.
w.	Deverá permitir informar o local com endereço, data e hora da entrega dos envelopes.
x.	Deverá permitir informar data e hora da abertura dos envelopes.
y.	Deverá permitir informar data e hora do julgamento da licitação.
z.	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos/ serviços com endereço.
aa.	Deverá permitir informar o prazo da entrega dos produtos / serviços.
bb.	Deverá permitir informar a condição de pagamento estabelecida no edital.
cc.	Deverá permitir informar a validade estabelecida no edital.

dd.	Deverá permitir informar se há exigência de índice econômico mínimo para participação do certame, nesse caso informar o valor mínimo exigido por índice.
ee.	Deverá permitir informar se houve publicação do certame, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ff.	Deverá permitir anexar arquivos.
gg.	Deverá permitir vincular no registro da concorrência pública uma cotação autorizada, devendo o sistema preencher automaticamente os dados iguais, sem a necessidade do preenchimento dessas informações.
hh.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se o certame em questão possui reserva orçamentária para tal despesa.
ii.	Deverá permitir exportação de arquivo no formato 'xls' para preenchimento eletrônico dos valores.
jj.	Deverá permitir importação de arquivo no formato 'xls' com os valores apresentados por fornecedor.
kk.	Deverá permitir registrar a habilitação dos fornecedores definindo resultado para os mesmos de acordo com o critério de julgamento definido "Item", "Lote" ou "Global".
ll.	Deverá permitir registrar na habilitação o representante do fornecedor em questão informando Nome e CPF.
mm.	Deverá permitir informar na habilitação dos fornecedores de pequeno porte se o mesmo apresentou declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
nn.	Deverá permitir atualizar a situação da licitação como "Deserta" ou "Fracassada" partindo dos resultados obtidos na habilitação.
oo.	Deverá permitir o preenchimento manual dos valores informando o fornecedor, Nome e CPF do representante, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
pp.	Deverá permitir no caso de certame com cotização replicar os valores registrados pelas as empresas de pequeno porte na cota principal para cota reserva.
qq.	Finalizado o registro das propostas o sistema deverá disponibilizar em tela para o usuário a grade comparativa, visando: <ul style="list-style-type: none"> • Conferência e visualização das melhores ofertas recebidas; • Realizar o desempate quando houver; • Aplicar preferências de contratação, quando aplicado os benefícios da lei 123/2006 e suas atualizações; • Fracassar a licitação se julgado que os valores apresentados não correspondem com os valores praticados no mercado;
rr.	Deverá permitir registrar a adjudicação da licitação, informando a data da adjudicação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ss.	Deverá permitir registrar a homologação total ou parcial dos fornecedores, informando a data da homologação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da

	instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
tt.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de documentos, nos termos do Art. 83º, XVIII, da instrução 02/2016.
uu.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
vv.	Deverá permitir informar se o certame quando a natureza da licitação for para "Registro de Preço" possui órgãos participantes e se os ajustes poderão ser realizados por esses órgãos.
ww.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como "Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
xx.	Deverá permitir a impressão da Ata de Sessão Pública, podendo essa ser gerada por etapa, sendo: "Abertura e Julgamento da Habilitação", "Abertura e Julgamento das Propostas" ou "Ata de Sessão Pública" registrando a data de geração.
yy.	Deverá permitir o registro das ocorrências do certame na Ata de Sessão Pública.
zz.	Deverá permitir consultar as concorrências públicas por número e ano, por edital, objeto, comissão, data de abertura, processo administrativo e situação.
aaa.	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas das Concorrências Públicas que estão finalizadas e/ou encerrado.
3.1.1.10	Sobre a Pré-Qualificação:
a.	Deverá permitir informar o número e ano da modalidade.
b.	Deverá permitir informar o número, ano e data do edital.
c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
d.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.
e.	Deverá permitir descrever os métodos que serão utilizados para julgamento da pré-qualificação.
f.	Deverá permitir informar se exige garantia, nesse caso informar o valor da garantia.
g.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
h.	Deverá permitir informar se consta relatório de qualificação técnica.
i.	Deverá permitir informar se exige atestado de desempenho anterior.
j.	Deverá permitir vincular a Comissão de licitação e os integrantes responsáveis pelo certame em questão.
k.	Deverá permitir informar o local com endereço da entrega dos envelopes.
l.	Deverá permitir informar data e hora da abertura dos envelopes.
m.	Deverá permitir informar se há exigência de índice econômico mínimo para participação do certame, nesse caso informar o valor mínimo exigido por índice.
n.	Deverá permitir informar se houve publicação do certame, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
o.	Deverá permitir anexar arquivos.
p.	Deverá permitir registrar o credenciamento do fornecedor que manifestou interesse na participação do certame.
q.	Deverá permitir registrar o credenciamento do representante do fornecedor informando Nome e CPF.

r.	Deverá permitir atualizar a situação da licitação como "Deserta" caso não seja registrado o credenciamento de nenhum fornecedor.
s.	Deverá permitir registrar o resultado do julgamento da pré-qualificação por fornecedor, definindo a data do julgamento e resultado obtido.
t.	Deverá permitir fracassar a pré-qualificação se no julgamento não constar fornecedor qualificado.
u.	Deverá permitir informar se houve publicação do julgamento da pré-qualificação, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos.
v.	Deverá permitir registrar a homologação total ou parcial dos fornecedores, informando a data da homologação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos.
w.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como "Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
x.	Deverá permitir a impressão da Ata de Sessão Pública, podendo essa ser gerada por etapa, sendo: "Ata de recebimento da documentação de pré-qualificação" e "Ata de Julgamento da pré-qualificação" registrando a data de geração.
y.	Deverá permitir o registro das ocorrências do certame na Ata de Sessão Pública.
z.	Deverá permitir consultar as pré-qualificações por número e ano, por edital, objeto, comissão, data de abertura, processo administrativo e situação.
3.1.1.11	Sobre a Adesão a Ata de Registro de Preço de outros Órgãos (Carona):
a.	Deverá permitir informar o número e ano da carona.
b.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
c.	Deverá permitir informar a média total estimada.
d.	Deverá permitir informar a instituição gerenciadora da Ata de Registro de Preço que está sendo aderida.
e.	Deverá permitir informar o fornecedor registrado na Ata de Registro de Preço que está sendo aderida.
f.	Deverá permitir informar a modalidade e número e ano, número e ano do edital, número e ano do processo administrativo, número, ano e data da Ata que está sendo aderida, bem como sua vigência.
g.	Deverá permitir informar se consta autorização para adesão a ata de registro de preço de outros órgãos e a data dessa autorização.
h.	Deverá permitir informar o tipo do objeto e objeto.
i.	Deverá permitir informar a natureza da licitação.
j.	Deverá permitir informar o tipo da licitação.
k.	Deverá permitir informar o critério de julgamento.
l.	Deverá permitir informar o regime de execução.
m.	Deverá permitir informar se permite subcontratação.
n.	Deverá permitir informar se houve audiência pública e a data da audiência.
o.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
p.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:

p.1	Quando Amostra: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar as amostras apenas do fornecedor detentor da ata.
p.2	Quando Visita Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar o representante que realizou a visita técnica informando CPF e Nome. • Deverá permitir declarar o certame "Deserto" quando nenhum representante realizar visita técnica.
q.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
r.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
s.	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos/ serviços com endereço.
t.	Deverá permitir informar o prazo da entrega dos produtos / serviços.
u.	Deverá permitir informar a condição de pagamento.
v.	Deverá permitir informar a validade.
w.	Deverá permitir informar se houve publicação da adesão a ata de registro de preço, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
x.	Deverá permitir anexar arquivos.
y.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se o certame em questão possui reserva orçamentária para tal despesa.
z.	Deverá permitir o preenchimento manual dos valores informando o fornecedor, Nome e CPF do representante, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
aa.	Finalizado o registro das propostas o sistema deverá disponibilizar em tela para o usuário a grade demonstrativa para conferência dos valores registrados.
bb.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de documentos, nos termos do Art. 83º, XVIII, da instrução 02/2016.
cc.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
dd.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como "Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
ee.	Deverá permitir consultar as adesões de registro de preço por número e ano, por órgão gerenciador, por número e ano da Ata, pela data da ata, objeto, processo administrativo e situação.
3.1.1.12	Sobre a Chamada Pública:
a.	Deverá permitir informar o número e ano da modalidade.
b.	Deverá permitir informar o número, ano e data do edital.
c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.

d.	Deverá permitir informar a média total estimada da licitação, porém quando vinculado cotação o preenchimento dessa informação deverá ser automático.
e.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.
f.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
g.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:
g.1	Quando Amostra: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar as amostras de todos os fornecedores habilitados; • Deverá permitir registrar os fornecedores que tiveram as amostras aprovadas, reprovadas ou que não apresentou.
g.2	Quando Visita Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar os fornecedores e representantes que realizaram visita técnica. • Deverá permitir declarar o certame "Deserto" quando nenhum fornecedor realizar visita técnica.
h.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
i.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
j.	Deverá permitir vincular a Comissão de licitação e os integrantes responsáveis pelo certame em questão.
k.	Deverá permitir informar o local com endereço, data e hora da entrega dos envelopes.
l.	Deverá permitir informar data e hora da abertura dos envelopes.
m.	Deverá permitir informar data e hora do julgamento da licitação.
n.	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos/ serviços com endereço.
o.	Deverá permitir informar o prazo da entrega dos produtos / serviços.
p.	Deverá permitir informar a condição de pagamento estabelecida no edital.
q.	Deverá permitir informar a validade estabelecida no edital.
r.	Deverá permitir informar por produto / serviço o valor médio de referência estipulado pela instituição após ampla pesquisa de mercado.
s.	Deverá permitir informar se houve publicação do certame, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
t.	Deverá permitir anexar arquivos.
u.	Deverá permitir vincular no registro da chamada pública uma cotação autorizada, devendo o sistema preencher automaticamente os dados iguais, sem a necessidade do preenchimento dessas informações.
v.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se o certame em questão possui reserva orçamentária para tal despesa.
w.	Deverá permitir exportação de arquivo no formato 'xls' para preenchimento eletrônico dos valores.
x.	Deverá permitir importação de arquivo no formato 'xls' com os valores apresentados por fornecedor.
y.	Deverá permitir registrar a habilitação dos fornecedores definindo

	resultado por fornecedor.
z.	Deverá permitir registrar na habilitação o representante do fornecedor em questão informando Nome e CPF.
aa.	Deverá permitir informar na habilitação dos fornecedores de pequeno porte se o mesmo apresentou declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
bb.	Deverá permitir atualizar a situação da licitação como "Deserta" ou "Fracassada" partindo dos resultados obtidos na habilitação.
cc.	Deverá permitir o preenchimento manual dos valores informando o fornecedor, Nome e CPF do representante, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
dd.	Finalizado o registro das propostas o sistema deverá disponibilizar em tela para o usuário a grade comparativa, visando: <ul style="list-style-type: none"> • Conferência e visualização das melhores ofertas recebidas; • Realizar o desempate quando houver; • Fracassar a licitação se julgado que os valores apresentados não correspondem com os valores praticados no mercado;
ee.	Deverá permitir registrar a adjudicação da licitação, informando a data da adjudicação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ff.	Deverá permitir registrar a homologação total ou parcial dos fornecedores, informando a data da homologação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
gg.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de documentos, nos termos do Art. 83º, XVIII, da instrução 02/2016.
hh.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
ii.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como "Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
jj.	Deverá permitir a impressão da Ata de Sessão Pública, podendo essa ser gerada por etapa, sendo: "Abertura e Julgamento da Habilitação", "Abertura e Julgamento das Propostas" ou "Ata de Sessão Pública" registrando a data de geração.
kk.	Deverá permitir o registro das ocorrências do certame na Ata de Sessão Pública.
ll.	Deverá permitir consultar as chamadas públicas por número e ano, por edital, objeto, comissão, data de abertura, processo administrativo e situação.
3.1.1.13	Sobre o Pregão Eletrônico:
a.	Deverá permitir informar o número e ano da modalidade.
b.	Deverá permitir informar o número, ano e data do edital.
c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
d.	Deverá permitir informar a média total estimada da licitação, porém quando vinculado cotação o preenchimento dessa informação deverá ser automático.
e.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.

f.	Deverá permitir informar a natureza da licitação.
g.	Deverá permitir informar o tipo da licitação, sendo "Menor Preço", "Maior Lance ou Oferta" ou "Maior Desconto".
h.	Deverá permitir informar o critério de julgamento.
i.	Deverá permitir informar o regime de execução.
j.	Deverá permitir informar se está sendo aplicado benefício da Lei 123/2006 e suas atualizações.
k.	Deverá permitir informar se exige garantia, nesse caso informar o valor da garantia e o quanto representa em percentual.
l.	Deverá permitir informar se permite subcontratação.
m.	Deverá permitir informar se houve audiência pública e a data da audiência.
n.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
o.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:
o.1	Quando Amostra: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar as amostras de todos os fornecedores considerados melhor oferta. • Deverá permitir registrar os fornecedores que tiveram as amostras aprovadas, reprovadas ou que não apresentou.
o.2	Quando Visita Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar os fornecedores e representantes que realizaram visita técnica. • Deverá permitir declarar o certame "Deserto" quando nenhum fornecedor realizar visita técnica.
p.	Deverá permitir informar se há exigência de atestado de desempenho, nesse caso preenchendo o percentual exigido por produto / serviço.
q.	Deverá permitir informar se exige quitação tributária prévia dos licitantes, informando se as quitações são municipais, estaduais e/ou federais.
r.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
s.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
t.	Deverá permitir realizar a cotização no máximo de 25% dos produtos de natureza divisível apenas se o certame estiver aplicando o benefício da lei 123/2006 e suas atualizações como "Tratamento Diferenciado / Simplificado".
u.	Deverá permitir vincular a Comissão de licitação e os integrantes responsáveis pelo certame em questão.
v.	Deverá permitir informar o local com endereço, data e hora da entrega dos envelopes.
w.	Deverá permitir informar data e hora da abertura dos envelopes.
x.	Deverá permitir informar data e hora do julgamento da licitação.
y.	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos/ serviços com endereço.
z.	Deverá permitir informar o prazo da entrega dos produtos / serviços.
aa.	Deverá permitir informar a condição de pagamento estabelecida no edital.
bb.	Deverá permitir informar a validade estabelecida no edital.

cc.	Deverá permitir informar se há exigência de índice econômico mínimo para participação do certame, nesse caso informar o valor mínimo exigido por índice.
dd.	Deverá permitir informar se houve publicação do certame, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ee.	Deverá permitir anexar arquivos.
ff.	Deverá permitir vincular no registro do pregão eletrônico uma cotação autorizada, devendo o sistema preencher automaticamente os dados iguais, sem a necessidade do preenchimento dessas informações.
gg.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se o certame em questão possui reserva orçamentária para tal despesa.
hh.	Deverá permitir registrar o resultado do pregão eletrônico executado em site oficial por cota, quando aplicado cotização, informando fornecedor, representante com Nome e CPF, condição de pagamento, prazo de entrega e validade, declarando o certame como "Fracassado" ou "Deserto" se não constar resultado registrado.
ii.	Deverá permitir no caso de certame com cotização replicar os valores registrados pelas as empresas de pequeno porte na cota principal para cota reserva.
jj.	Finalizado o registro das propostas o sistema deverá disponibilizar em tela para o usuário a grade demonstrativa, visando conferência e visualização das melhores ofertas recebidas.
kk.	Deverá permitir registrar a adjudicação da licitação, informando a data da adjudicação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ll.	Deverá permitir registrar a homologação total ou parcial dos fornecedores, informando a data da homologação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação utilizado, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
mm.	Deverá permitir informar se há no procedimento ata de abertura e julgamento das propostas, nesse caso informar também a data de geração da ata.
nn.	Deverá permitir informar se há no procedimento ata de julgamento das propostas, nesse caso informar também a data de geração da ata.
oo.	Deverá permitir informar se há no procedimento ata de abertura e julgamento dos documentos de habilitação, nesse caso informar também a data de geração da ata.
pp.	Deverá permitir informar se existe grade comparativa de preços das propostas.
qq.	Deverá permitir informar se há ata de sessão pública.
rr.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de documentos, nos termos do Art. 83º, XVIII, da instrução 02/2016.
ss.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
tt.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como

	"Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
uu.	Deverá permitir consultar os pregões eletrônicos por número e ano, por edital, objeto, comissão, data de abertura, processo administrativo e situação.
vv.	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas dos Pregões Eletrônicos que estão finalizadas e/ou encerrado.
3.1.1.14	Sobre o Pregão Presencial:
a.	Deverá permitir informar o número e ano da modalidade.
b.	Deverá permitir informar o número, ano e data do edital.
c.	Deverá permitir informar o número do processo administrativo.
d.	Deverá permitir informar a média total estimada da licitação, porém quando vinculado cotação o preenchimento dessa informação deverá ser automático.
e.	Deverá permitir informar o tipo de objeto e objeto.
f.	Deverá permitir informar a natureza da licitação.
g.	Deverá permitir informar o tipo da licitação, sendo "Menor Preço", "Maior Lance ou Oferta" ou "Maior Desconto".
h.	Deverá permitir informar o critério de julgamento.
i.	Deverá permitir informar o regime de execução.
j.	Deverá permitir informar se está sendo aplicado benefício da Lei 123/2006 e suas atualizações.
k.	Deverá permitir informar se exige garantia, nesse caso informar o valor da garantia e o quanto representa em percentual.
l.	Deverá permitir informar se permite subcontratação.
m.	Deverá permitir informar se houve audiência pública e a data da audiência.
n.	Deverá permitir informar se consta parecer jurídico.
o.	Deverá permitir informar se há exigência de amostra ou visita técnica, nesse caso:
o.1	Quando Amostra: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar se as amostras serão verificadas de todos os fornecedores credenciados ou somente da melhor oferta. • Deverá permitir registrar os fornecedores que tiveram as amostras aprovadas, reprovadas ou que não apresentou.
o.2	Quando Visita Técnica: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir registrar os fornecedores e representantes que realizaram visita técnica. • Deverá permitir declarar o certame "Deserto" quando nenhum fornecedor realizar visita técnica.
p.	Deverá permitir informar se há exigência de atestado de desempenho, nesse caso preenchendo o percentual exigido por produto / serviço.
q.	Deverá permitir informar se exige quitação tributária prévia dos licitantes, informando se as quitadas são municipais, estaduais e/ou federais.
r.	Deverá permitir vincular apenas as requisições aprovadas e que sejam compatíveis ao tipo de objeto informado.
s.	Quando adicionado mais que uma requisição e existir produtos / serviços comuns entre elas o sistema deverá automaticamente realizar a unificação das quantidades desses produtos/ serviços e demonstrar ao usuário através de lista, ordenando pela sequência do código cadastral.
t.	Deverá permitir realizar a cotização no máximo de 25% dos produtos de

	natureza divisível apenas se o certame estiver aplicando o benefício da lei 123/2006 e suas atualizações como "Tratamento Diferenciado / Simplificado".
u.	Deverá permitir vincular a Comissão de licitação e os integrantes responsáveis pelo certame em questão.
v.	Deverá permitir informar o local com endereço, data e hora da entrega dos envelopes.
w.	Deverá permitir informar data e hora da abertura dos envelopes.
x.	Deverá permitir informar data e hora do julgamento da licitação.
y.	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos/ serviços com endereço.
z.	Deverá permitir informar o prazo da entrega dos produtos / serviços.
aa.	Deverá permitir informar a condição de pagamento estabelecida no edital.
bb.	Deverá permitir informar a validade estabelecida no edital.
cc.	Deverá permitir informar se há exigência de índice econômico mínimo para participação do certame, nesse caso informar o valor mínimo exigido por índice.
dd.	Deverá permitir informar se houve publicação do certame, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ee.	Deverá permitir anexar arquivos.
ff.	Deverá permitir vincular no registro do pregão presencial uma cotação autorizada, devendo o sistema preencher automaticamente os dados iguais, sem a necessidade do preenchimento dessas informações.
gg.	Deverá permitir informar se houve atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e se o certame em questão possui reserva orçamentária para tal despesa.
hh.	Deverá permitir exportação de arquivo no formato 'xls' para preenchimento eletrônico dos valores.
ii.	Deverá permitir importação de arquivo no formato 'xls' com os valores apresentados por fornecedor.
jj.	Deverá permitir registrar o credenciamento dos fornecedores vinculando o representante informando Nome e CPF.
kk.	Deverá permitir informar no credenciamento dos fornecedores de pequeno porte se o mesmo apresentou declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.
ll.	Deverá permitir atualizar a situação da licitação como "Deserta" se não houver registro de fornecedor credenciado.
mm.	Deverá permitir o preenchimento manual dos valores informando o fornecedor, Nome e CPF do representante, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
nn.	Deverá permitir no caso de certame com cotização replicar os valores registrados pelas as empresas de pequeno porte na cota principal para cota reserva.
oo.	Finalizado o registro das propostas o sistema deverá disponibilizar em tela para o usuário a grade comparativa, para conferência e visualização das melhores ofertas recebidas.
pp.	Deverá disponibilizar para visualização a pré-classificação dos fornecedores que registraram proposta e foram classificados para a etapa de lances, separando por cota quando for o caso.
qq.	Deverá permitir registrar a negociação com o fornecedor que está sendo

	considerado com a melhor oferta.
rr.	Deverá permitir registrar o resultado da habilitação do fornecedor que está sendo considerado vencedor.
ss.	Deverá permitir corrigir um lance ou a rodada inteira de lances registrada erroneamente para determinado produto ou lote, sem causar prejuízo nas informações dos produtos ou lotes já finalizados.
tt.	Deverá verificar automaticamente nos lances e negociação as preferências definidas pela LC 123/2006 e suas atualizações.
uu.	Encerrado os lances, negociação e habilitação o sistema deverá permitir ao usuário a visualização através de grade demonstrativa do resultado final do pregão.
vv.	Deverá permitir registrar a adjudicação da licitação, informando a data da adjudicação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
ww.	Deverá permitir registrar a homologação total ou parcial dos fornecedores, informando a data da homologação, se houve publicação do ato, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
xx.	Deverá permitir informar se consta declaração de disponibilidade de documentos, nos termos do Art. 83º, XVIII, da instrução 02/2016.
yy.	Deverá permitir informar se consta autorização da Secretaria do Estado da Fazenda e do Planejamento nos termos do Decreto Estadual Nº 41.165/96.
zz.	Deverá permitir definir a data de finalização e a situação da licitação como "Revogada", "Anulada" ou "Outra" apenas se a mesma não estiver como "Fracassada", "Deserta", "Homologada" ou "Homologada Parcial".
aaa.	Deverá permitir a impressão da Ata de Sessão Pública registrando a data de geração.
bbb.	Deverá permitir o registro das ocorrências do certame na Ata de Sessão Pública.
ccc.	Deverá permitir consultar os pregões presenciais por número e ano, por edital, objeto, comissão, data de abertura, processo administrativo e situação.
ddd.	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas dos Pregões Presenciais que estão finalizadas e/ou encerrado.
3.1.1.15	Sobre a Impugnação e Recurso Administrativo
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir registrar impugnação e/ou recurso administrativo informando a data de registro, a modalidade, número e ano da licitação.
a.2	Deverá permitir informar se foi respeitado o prazo legal para interposição do recurso.
a.3	Registrado recurso ou impugnação o sistema deverá exibir de mensagem em destaque alertando o usuário na licitação que a mesma possui recurso e/ou impugnação.
b.	Sobre o Resultado:
b.1	Deverá permitir informar se houve publicação do resultado definido, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da

	instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
3.1.1.16	Sobre a Gestão de Contratos
a.	Sobre o Cadastro:
a.1	Deverá permitir registrar os contratos informando número e ano do contrato.
a.2	O sistema deverá controlar automaticamente a situação do contrato em "Ativo", "Em Execução", "Suspendido (Paralisado)", "Encerrado - Cumprimento Integral", "Encerrado - Rescisão com imposição de sanção", "Encerrado - Rescisão sem imposição de sanção" e "Encerrado - Anulado".
a.3	Deverá permitir informar a modalidade, número e ano.
a.4	Com a informação da modalidade, número e ano o sistema deverá preencher automaticamente as informações como "Processo administrativo", "Número e Ano do Edital", "Natureza da Licitação", "Regime de Execução", "Tipo de Objeto" e "Objeto" com os mesmos dados definidos na licitação.
a.5	Deverá permitir informar o modo de fornecimento.
a.6	Deverá permitir informar se o início da vigência será a partir da ordem de serviço ou autorização de fornecimento.
a.7	Após informar o fornecedor o sistema deverá automaticamente identificar o valor inicial do contrato.
a.8	Deverá calcular automaticamente o valor atual do contrato, considerando os valores de aditados, suprimidos e executado.
a.9	Deverá permitir informar dados da cláusula financeira informando a condição de pagamento estabelecido.
a.10	Deverá permitir informar dados da cláusula contratual informando se consta exigência de garantia, nesse caso o valor da garantia e quanto representa em percentual.
a.11	Deverá permitir informar dados da cláusula penal se houver.
a.12	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor de contrato os pedidos e empenhos vinculados ao contrato, com identificação do número e ano, data, valor e centro de custo.
a.13	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor de contrato os produtos / serviços que compõe o contrato, com identificação da descrição, unidade de medida, quantidade total e saldo disponível.
a.14	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor de contrato os produtos / serviços que compõe o contrato por centro de custo, com identificação da descrição, unidade de medida, quantidade solicitada e saldo disponível.
a.15	Deverá permitir informar quais recursos financeiros envolvidos no contrato, com identificação da unidade orçamentária, centro de custo, ficha e dotação orçamentária.
a.16	Deverá permitir informar o gestor do contrato com Nome, CPF e Cargo. Devendo aceitar mais que um gestor, mas identificar apenas um gestor como "Principal".
a.17	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratante do contrato, informando Nome, CPF, Cargo, E-mail Pessoal e E-mail Profissional.
a.18	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratada do contrato, informando Nome, CPF, Cargo, E-mail Pessoal e E-mail Profissional.
a.19	Deverá permitir informar se houve publicação do contrato, nesse caso

	informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
a.20	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor do contrato os ajustes registrados, exibindo número e ano, data de assinatura e o tipo do ajuste.
a.21	Deverá permitir visualização do ajuste registrado.
a.22	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor do contrato as execuções registradas, exibindo número da execução, data de entrega do produto ou execução do serviço, número da conferência/ medição, data da conferência/ medição, valor total da execução, se já foi liquidado e a situação.
a.23	Deverá permitir visualização da execução registrada.
a.24	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor do contrato os pagamentos registrados, exibindo a data do pagamento, a respectiva execução, o número da conferência / medição, valor do pagamento e se foram recolhidos os encargos.
a.25	Deverá permitir visualização do pagamento registrado.
a.26	Deverá permitir anexar arquivos.
b.	Sobre os Ajustes:
b.1	Deverá permitir registrar os ajustes informando o número e ano do contrato.
b.2	Deverá permitir informar o número, ano e data de assinatura do ajuste.
b.3	Deverá permitir ajustar o contrato por: "Acréscimo de valor por aumento de quantitativo", "Redução de valor por supressão de quantitativo", "Acréscimo de valor por inclusão de itens, lotes, ou itens do lote", "Redução de valor por inclusão de itens, lotes, ou itens do lote", "Substituição de garantia de execução", "Modificação do regime de execução ou modo de fornecimento", "Modificação da forma de pagamento", "Reequilíbrio econômico-financeiro", "Reajustamento de Preços", "Alteração de dotação orçamentária" e "Prorrogação de Prazo Contratual", "Alteração de Razão Social".
b.4	Deverá permitir registrar a vigência do ajuste.
b.5	Deverá permitir informar se possui autorização para o ajuste, nesse caso a data da autorização.
b.6	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratante do ajuste, informando Nome, CPF, Cargo, E-mail Pessoal e E-mail Profissional.
b.7	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratada do ajuste, informando Nome, CPF, Cargo, E-mail Pessoal e E-mail Profissional.
b.8	Deverá permitir informar se houve publicação do ajuste, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
b.9	Deverá permitir anexar arquivos.
c.	Sobre a Execução:
c.1	Deverá permitir informar o número e ano do contrato que está sendo executado.
c.2	Deverá permitir informar a data da entrega do material ou execução do serviço.
c.3	Deverá permitir informar se o objeto trata-se de importação.

c.4	Deverá permitir informar se o objeto da licitação é referente à prestação de serviços, nesse caso: <ul style="list-style-type: none"> • Se houve transparência de serviços da empresa contratada. • Se existe algum tipo de controle de referência do serviço prestado. • Em caso de cessão de mão-de-obra, o número de empregados em atividade estabelecido no Edital e Contrato.
c.5	Deverá permitir informar dados se o cronograma físico-financeiro ou prazo de entrega pactuado está de acordo, senão estiver deverá permitir informar o motivo e se o mesmo foi aceito pela Administração.
c.6	Deverá permitir informar em caso de obra pública, se está paralisada.
c.7	Deverá permitir informar a forma do recebimento do objeto do contrato, se foi "Provisório" ou "Definitivo" e a data do recebimento.
c.8	Deverá permitir informar se existe vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
c.9	Deverá permitir informar a inexecução contratual, nesse caso se total ou parcial.
c.10	Deverá permitir informar o responsável pelo recebimento, informando CPF, Nome e Cargo.
c.11	Deverá permitir informar o número da conferência/medição dos produtos / serviços, data, percentual executado, se houve supressão de obra, bens ou serviços.
c.12	Deverá permitir informar o responsável pela conferência/medição, informando CPF, Nome e Cargo.
c.13	Deverá permitir informar o documento fiscal, com data, UF da nota, valor total, vinculado a nota de empenho, verificando o saldo disponível para a nota de empenho.
c.14	Deverá permitir registrar a liquidação das notas fiscais por empenho.
c.15	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas das execuções que estão finalizadas e/ou encerrado.
d.	Sobre as Exigências de Obras:
d.1	Deverá permitir informar por contrato cujo objeto seja pertinente a obras e serviços de engenharia: <ul style="list-style-type: none"> • A data da 1º emissão da ordem de serviço. • Se o projeto da obra contempla as exigências contidas nos artigos 11 a 14 da Lei Estadual nº 11.263/02, de forma a assegurar o acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. • Se consta nos autos o alvará de construção da obra. • Se num conjunto de obras, para um mesmo fim, houve padronização por tipo ou classe de acordo com o projeto. • Se há anotações da responsabilidade técnica do CREA, do responsável técnico pela obra.
d.2	Deverá permitir informar se um ou mais registro de licença ambiental, informando o se "Licença Prévia", "Licença de Instalação", "Licença de Operação" ou "Autorização Ambiental", número, ano e data da licença.
e.	Sobre a Recusa e/ou Desistência de Contrato:
e.1	Deverá permitir registrar se há recusa ou desistência de assinatura do contrato, devendo permitir negociar e verificar habilitação dos fornecedores remanescentes.
3.1.1.17	Sobre a Gestão da Ata de Registro de Preço
a.	Sobre o Cadastro:

a.1	Deverá permitir registrar as atas de registro de preço informando número e ano da ata.
a.2	O sistema deverá controlar automaticamente a situação da ata em "Ativo", "Em Execução", "Suspendido (Paralisado)", "Encerrado - Cumprimento Integral", "Encerrado - Rescisão com imposição de sanção", "Encerrado - Rescisão sem imposição de sanção" e "Encerrado - Anulado".
a.3	Deverá permitir informar a modalidade, número e ano.
a.4	Com a informação da modalidade, número e ano o sistema deverá preencher automaticamente as informações como "Processo administrativo", "Número e Ano do Edital", "Natureza da Licitação", "Regime de Execução", "Tipo de Objeto" e "Objeto" com os mesmos dados definidos na licitação.
a.5	Deverá permitir informar o modo de fornecimento.
a.6	Após informar o fornecedor o sistema deverá automaticamente identificar o valor inicial do contrato.
a.7	Deverá calcular automaticamente o valor atual da Ata, considerando os valores de aditados, suprimidos e executado.
a.8	Deverá permitir informar dados da cláusula financeira informando a condição de pagamento estabelecido.
a.9	Deverá permitir informar dados da cláusula contratual informando se consta exigência de garantia, nesse caso o valor da garantia e quando representa em percentual.
a.10	Deverá permitir informar dados da cláusula penal se houver.
a.11	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor da ata os pedidos e empenhos vinculados a ata em questão, com identificação do número e ano, data, valor e centro de custo.
a.12	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor da ata os produtos / serviços que compõe a ata em questão, com identificação da descrição, unidade de medida, quantidade total e saldo disponível.
a.13	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor da ata os produtos / serviços que compõe a ata em questão por centro de custo, com identificação da descrição, unidade de medida, quantidade solicitada e saldo disponível.
a.14	Deverá permitir informar quais recursos financeiros envolvidos na ata, com identificação da unidade orçamentária, centro de custo, ficha e dotação orçamentária.
a.15	Deverá permitir informar o gestor da ata com nome, CPF e cargo. Devendo aceitar mais que um gestor, mas identificar um gestor principal.
a.16	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratante da ata, informando nome, CPF, cargo, e-mail pessoal e e-mail profissional.
a.17	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratada da ata, informando nome, CPF, cargo, e-mail pessoal e e-mail profissional.
a.18	Deverá permitir informar se houve publicação da ata, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
a.19	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor da ata os ajustes registrados, exibindo número e ano, data de assinatura e o tipo do ajuste.
a.20	Deverá permitir visualização do ajuste registrado.
a.21	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor da ata as

	execuções registradas, exibindo número da execução, data de entrega do produto ou execução do serviço, número da conferência/ medição, data da conferência/ medição, valor total da execução, se já foi liquidado e a situação.
a.22	Deverá permitir visualização da execução registrada.
a.23	Deverá exibir através de lista para fácil identificação do gestor da ata os pagamentos registrados, exibindo a data do pagamento, a respectiva execução, o número da conferência / medição, valor do pagamento e se foram recolhidos os encargos.
a.24	Deverá permitir visualização do pagamento registrado.
a.25	Deverá permitir anexar arquivos.
b.	Sobre os Ajustes:
b.1	Deverá permitir registrar os ajustes informando o número e ano da Ata.
b.2	Deverá permitir informar o número, ano e data de assinatura do ajuste.
b.3	Deverá permitir ajustar a ata por: "Acréscimo de valor por aumento de quantitativo", "Redução de valor por inclusão de itens, lotes, ou itens do lote", "Substituição de garantia de execução", "Modificação do regime de execução ou modo de fornecimento", "Modificação da forma de pagamento", "Reequilíbrio econômico-financeiro", "Reajustamento de Preços" "Alteração de dotação orçamentária", "Prorrogação de Prazo Contratual" e "Alteração de Razão Social".
b.4	Deverá permitir registrar a vigência do ajuste.
b.5	Deverá permitir informar se possui autorização para o ajuste, nesse caso a data da autorização.
b.6	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratante do ajuste, informando nome, CPF, cargo, e-mail pessoal e e-mail profissional.
b.7	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratada do ajuste, informando nome, CPF, cargo, e-mail pessoal e e-mail profissional.
b.8	Deverá permitir informar se houve publicação do ajuste, nesse caso informar o veículo de comunicação, data da publicação, descrição, se o veículo de comunicação utilizado é o veículo de utilização oficial da instituição, permitindo ainda anexar arquivos por publicação.
b.9	Deverá permitir anexar arquivos.
c.	Sobre a Execução:
c.1	Deverá permitir informar o número e ano do empenho que está sendo executado.
c.2	Deverá permitir informar a data da entrega do material ou execução do serviço.
c.3	Deverá permitir informar se o objeto trata-se de importação.
c.4	Deverá permitir informar dados se o cronograma físico-financeiro ou prazo de entrega pactuado está de acordo, senão estiver deverá permitir informar o motivo e se o mesmo foi aceito pela Administração.
c.5	Deverá permitir informar em caso de obra pública, se está paralisada.
c.6	Deverá permitir a forma do recebimento do objeto do empenho, se foi "Provisório" ou "Definitivo" e a data do recebimento.
c.7	Deverá permitir informar se existe vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
c.8	Deverá permitir informar a inexecução contratual, nesse caso se total ou parcial.
c.9	Deverá permitir informar o responsável pelo recebimento, informando

	CPF, Nome e Cargo.
c.10	Deverá permitir informar o número da conferência/medição dos produtos / serviços, data, percentual executado, se houve supressão de obra, bens ou serviços.
c.11	Deverá permitir informar o responsável pela conferência/medição, informando CPF, Nome e Cargo.
c.12	Deverá permitir informar o documento fiscal, com data, UF da nota, valor total, vinculado a nota de empenho, verificando o saldo disponível para a nota de empenho.
c.13	Deverá permitir registrar a liquidação das notas fiscais por empenho.
d.	Sobre a Recusa e/ou Desistência de Contrato:
d.1	Deverá permitir registrar se há recusa ou desistência de assinatura da Ata, devendo o sistema permitir negociar e verificar habilitação dos fornecedores remanescentes.
3.1.1.18	Sobre os Pagamentos
a.	Deverá permitir registrar os pagamentos por execução, informando a data do pagamento, valor e se foram efetuados os recolhimentos dos encargos previdenciários.
3.1.1.19	Sobre os Pedidos de Compras
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar a modalidade, número e ano.
a.2	Deverá permitir informar o número e ano do contrato, quando o caso.
a.3	Deverá permitir informar o número e ano da ata de registro de preço, quando o caso.
a.4	Deverá permitir informar o fornecedor, mas se vinculado contrato ou ata de registro de preço o preenchimento desse campo deverá ser preenchido automaticamente.
a.5	Deverá permitir informar o tipo do objeto e objeto.
a.6	Deverá permitir registrar os produtos / serviços por centro de custo.
a.7	Deverá permitir registrar um ou mais recurso orçamentário por centro de custo.
a.8	Deverá permitir registrar uma ou mais reserva orçamentária por pedido, e quando a licitação em questão possuir reserva orçamentária vinculada o preenchimento deverá ser automático.
b.	Sobre o Cancelamento:
b.1	Deverá permitir registrar o cancelamento total ou parcial do pedido por centro de custo.
3.1.1.20	Sobre os Empenhos
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir registrar o empenho informando número e ano, data, fornecedor, ficha orçamentária, valor do empenho, centro de custo e sub-elemento da despesa. Quando utilizado integração com o módulo de Contabilidade os registros de empenhos deverão ser preenchidos automaticamente.
a.2	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratante do empenho, informando nome, CPF, cargo, e-mail pessoal e e-mail profissional.
a.3	Deverá permitir informar um ou mais responsável pela parte contratada do empenho, informando nome, CPF, cargo, e-mail pessoal e e-mail profissional.
a.4	Deverá permitir anexar arquivos.
a.5	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo

	Tribunal de Contas do Estado dos empenhos.
b.	Sobre a Anulação:
b.1	Deverá permitir registrar a anulação total ou parcial do empenho com informação da data e valor.
c.	Sobre a Execução:
c.1	Deverá permitir informar o número e ano do empenho que está sendo executado.
c.2	Deverá permitir informar a data da entrega do material ou execução do serviço.
c.3	Deverá permitir informar se o objeto trata-se de importação.
c.4	Deverá permitir informar se o corpo técnico e os responsáveis pela obra, apresentados pela contratada, correspondem com a relação constante no contrato.
c.5	Deverá permitir informar se a Administração designou fiscal, credenciado junto ao CREA, para acompanhar a execução da obra.
c.6	Deverá permitir informar se a contratada mantém preposto junto a obra para representá-la.
c.7	Deverá permitir informar dados se o cronograma físico-financeiro ou prazo de entrega pactuado está de acordo, senão estiver deverá permitir informar o motivo e se o mesmo foi aceito pela Administração.
c.8	Deverá permitir informar em caso de obra pública, se está paralisada.
c.9	Deverá permitir a forma do recebimento do objeto do empenho, se foi "Provisório" ou "Definitivo" e a data do recebimento.
c.10	Deverá permitir informar se existe vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
c.11	Deverá permitir informar a inexecução contratual, nesse caso se total ou parcial.
c.12	Deverá permitir informar o responsável pelo recebimento, informando CPF, Nome e Cargo.
c.13	Deverá permitir informar o número da conferência/medição dos produtos / serviços, data, percentual executado, se houve supressão de obra, bens ou serviços.
c.14	Deverá permitir informar o responsável pela conferência/medição, informando CPF, Nome e Cargo.
c.15	Deverá permitir informar o documento fiscal, com data, UF da nota, valor total, vinculado à nota de empenho, verificando o saldo disponível para a nota de empenho.
c.16	Deverá permitir registrar a liquidação das notas fiscais por empenho.
c.17	Deverá permitir geração do arquivo XML no layout estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado diretamente da tela de consulta e apenas das execuções que estão finalizadas e/ou encerrado.
3.1.1.21	Sobre a Solicitação de Entrega de Material/ Serviço
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir registrar a solicitação de entrega informando no mínimo o Centro de Custo, Solicitante, Local de Entrega dos Produtos / Serviços com endereço, modalidade, número e ano da licitação.
a.2	O sistema deverá verificar os produtos / serviços da licitação informada e o centro de custo.
3.1.1.22	Sobre a Autorização de Fornecimento
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar o número e ano do pedido, preenchido o número e ano do pedido o sistema deverá preencher automaticamente as

	informações pertinentes aos dados do pedido.
a.2	Deverá permitir registrar os produtos por centro de custo.
a.3	Deverá permitir informar mais que um centro de custo na autorização de fornecimento.
a.4	Deverá permitir registrar um ou mais recurso orçamentário por centro de custo.
b.	Sobre o Cancelamento:
b.1	Deverá permitir registrar o cancelamento total ou parcial da autorização de fornecimento por centro de custo.
3.1.1.23	Sobre a Ordem de Serviço de Fornecimento
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar o número e ano do pedido, preenchido o número e ano do pedido o sistema deverá preencher automaticamente as informações pertinentes aos dados do pedido.
a.2	Deverá permitir registrar os serviços por centro de custo.
a.3	Deverá permitir informar mais que um centro de custo na ordem de serviço.
a.4	Deverá permitir registrar um ou mais recurso orçamentário por centro de custo.
b.	Sobre o Cancelamento:
b.1	Deverá permitir registrar o cancelamento total ou parcial da ordem de serviço por centro de custo.
3.1.1.24	Sobre a Medição dos Serviços
a.	Deverá permitir registrar a medição dos serviços, informando o número e ano do pedido, número e ano da Ordem de Serviço, após o sistema deverá realizar o preenchimento das informações pertinentes a ordem de serviço como fornecedor, modalidade, número, ano e processo administrativo.
b.	Deverá permitir informar se houve supressão da obra, bens ou serviços.
c.	Deverá permitir informar o período de execução dos serviços.
d.	Deverá permitir informar o valor executado do serviço e o quanto representa em percentual.
e.	Deverá permitir informar os dados fiscais da medição, preenchendo o documento fiscal, com data, UF da nota, valor total, vinculando à nota de empenho.
f.	Deverá permitir informar o responsável pela medição, informando CPF, Nome e Cargo.
3.1.1.25	Sobre os Relatórios - Deverá permitir a geração de download do relatório no formato "PDF";
a.	Relatórios Cadastrais:
a.1	Deverá permitir a impressão da relação dos grupos de produtos.
a.2	Deverá permitir a impressão da relação dos fornecedores cadastrados, possibilitando filtrar os registros por porte, se pessoa jurídica ou física e situação se "Ativo", "Inativo" ou "Todos".
a.3	Deverá permitir a impressão das fichas contábeis, possibilitando filtrar por exercício.
a.4	Deverá permitir a impressão das unidades orçamentárias.
a.5	Deverá permitir a impressão dos Centros de Custos.
b.	Requisições:
b.1	Deverá permitir a impressão por número e ano.
b.2	Deverá permitir a impressão por centro de custo.
b.3	Deverá permitir a impressão por tipo de objeto.

c.	Pedidos de Compras:
c.1	Deverá permitir a impressão por número e ano.
c.2	Deverá permitir a impressão por data.
c.3	Deverá permitir a impressão por fornecedor.
c.4	Deverá permitir a impressão por número e ano de contrato ou ata de registro de preço.
d.	Licitações por Situação:
d.1	Deverá permitir a impressão por modalidade.
d.2	Deverá permitir a impressão por situação.
e.	Solicitação de Entrega do Material / Serviço:
e.1	Deverá permitir a impressão por número e ano.
e.2	Deverá permitir a impressão por data.
e.3	Deverá permitir a impressão por centro de custo.
e.4	Deverá permitir a impressão por objeto.
f.	Contratos:
f.1	Deverá permitir a impressão por modalidade.
f.2	Deverá permitir a impressão por situação.
f.3	Deverá permitir a impressão por número e ano.
f.4	Deverá permitir a impressão por data de assinatura.
f.5	Deverá permitir a impressão por fornecedor.
g.	Autorização de Fornecimento:
g.1	Deverá permitir a impressão por número e ano.
g.2	Deverá permitir a impressão por modalidade.
g.3	Deverá permitir a impressão por número e ano do pedido.
h.	Resultado da Licitação:
h.1	Deverá permitir a impressão por modalidade, número e ano.
h.2	Deverá permitir a impressão por número e ano de edital.
h.3	Deverá permitir a impressão por critério de julgamento.
i.	Ordem de Serviço:
i.1	Deverá permitir a impressão por número e ano.
i.2	Deverá permitir a impressão por modalidade.
i.3	Deverá permitir a impressão por número e ano do pedido.
j.	Ata de Registro de Preço:
j.1	Deverá permitir a impressão por modalidade.
j.2	Deverá permitir a impressão por situação.
j.3	Deverá permitir a impressão por número e ano.
j.4	Deverá permitir a impressão por data de assinatura.
j.5	Deverá permitir a impressão por fornecedor.
k.	Saldo de Pedidos:
k.1	Deverá permitir a impressão por número e ano.
k.2	Deverá permitir a impressão por modalidade, número e ano.
k.3	Deverá permitir a impressão por data de emissão.
k.4	Deverá permitir a impressão por número e ano de contrato ou ata de registro de preço.
l.	Saldo da Autorização de Fornecimento:
l.1	Deverá permitir a impressão por número e ano.
l.2	Deverá permitir a impressão por modalidade.
l.3	Deverá permitir a impressão por número e ano do pedido.
3.1.1.26	Sobre a Manutenção e Configuração:
a.	Deverá permitir a criação usuário por grupo com nome, e-mail, descrição, definir se o grupo será de "Administradores", com ativação e vinculação

	de Usuários.
b.	Deverá permitir o cadastro de usuário com Nome, Sobrenome, e-mail, definindo o mesmo como "Administrador", vinculação de foto, com ativação e bloqueio de usuário, definição de login e senha, dando a opção para alteração da senha no próximo acesso, armazenando pergunta secreta, e geração de chave "Token", permitindo ainda vincular o usuário vários grupos de acesso.
c.	Deverá permitir definir as regras de acesso e menu para o grupo e/ou usuário.
d.	Deverá permitir definir as regras de acesso por grupo e/ou usuário para as autorizações e centros de custos.
e.	Instituição: Deverá permitir cadastrar a instituição informando o tipo da unidade gestora, CNAE, CNPJ, nome/ razão social, nome fantasia, nome e CPF do responsável, telefone, CEP, estado, município, endereço, número, bairro, complemento, logotipo da instituição e quais informações serão impressas nos relatórios, bem como permitir informar se deverá ser exibido o nome do usuário que está emitindo os relatórios.
f.	Configuração do Sistema:
f.1	Permitir definir qual a data que será iniciada as atividades.
f.2	Permitir definir com quantos dígitos será composto o código do produto.
f.3	Permitir definir com quantos níveis será aplicado o cadastro do grupo do produto, bem como com quantos dígitos.
f.4	Permitir definir com quantos níveis será aplicado o cadastro de centro de custo e quantidade de dígitos.
f.5	Permitir definir a utilização de autorização de requisição.
f.6	Permitir definir a utilização de autorização de cotação.
f.7	Permitir definir se o sistema controle automaticamente a numeração do edital.
f.8	Permitir definir se o número do edital deverá ser controlado por modalidade.

3.2. Das especificações DESEJÁVEIS para o Sistema de Compras, Licitações e Gerenciamento de Contratos com atendimento a Fase IV do AUDESP.

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS DO SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS A FASE IV DO AUDESP.
3.2.1	Sobre os Cadastros:
a.	Deverá permitir cadastrar unidade de medida de produtos informando sigla, descrição e se trata de unidade inteira, porém o sistema deverá disponibilizar uma carga inicial de dados.
b.	Deverá permitir cadastrar os produtos.
c.	Deverá permitir cadastrar condição de pagamento informando se é "A vista" ou "A Prazo", qual o Prazo e se o mesmo será contabilizado em "Dias corridos", "Dias Úteis", "Meses" ou "Ano".
d.	Deverá permitir cadastrar o prazo de entrega informando se é "Imediato" ou "A Prazo", qual o Prazo e se o mesmo será contabilizado em "Dias corridos", "Dias Úteis", "Meses" ou "Ano".
e.	Deverá permitir cadastrar a validade das propostas informando se a mesma será contabilizada em "Dias corridos", "Dias Úteis", "Meses" ou "Ano".
f.	Deverá permitir cadastrar quais tipos de documentos serão utilizados pela instituição, informando o nome e descrição.

g.	Deverá permitir cadastrar os documentos que são considerados de habilitação para emissão do Certificado de Registro Cadastral (CRC) informando o tipo do documento, a validade, se o mesmo será contabilizado em "Dias corridos", "Dias Úteis", "Meses" ou "Ano", descrição e se o mesmo é obrigatório para emissão do CRC.
3.2.2	Sobre o CRC (Certificado de Registro Cadastral):
a.	Deverá permitir definir os dados que serão exibidos no certificado, sendo "Sócios", "Grupo de Produtos", "Produtos", "Administrador", "Índice Econômico" e "Ramo de Atividade".
b.	Deverá permitir a impressão do relatório direto da tela de consulta.
3.2.3	Sobre a Reserva Orçamentária:
a.	O sistema deverá permitir solicitar o cancelamento de reserva no valor total ou parcial utilizando o número da reserva.
b.	Deverá permitir a impressão do relatório de solicitação de reserva orçamentária direto da tela de consulta.
3.2.4	Sobre a Requisição de Compra
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir registrar requisição utilizando o catálogo de material.
b.	Sobre a Autorização:
b.1	Deverá permitir visualizar as requisições que estão sendo autorizadas.
b.2	Deverá permitir revisar uma aprovação ou reprovação indevida.
3.2.5	Sobre a Cotação
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições
a.2	Deverá permitir adicionar um ou mais fornecedores.
a.3	Deverá permitir o preenchimento manual da cotação informando o fornecedor, nome do contato, data do orçamento, condição de pagamento, prazo de entrega e validade.
a.4	Deverá permitir informar marca dos produtos cotados por fornecedor.
a.5	Deverá permitir informar eventuais descontos e/ou impostos em valor ou percentual.
a.6	Deverá permitir a impressão do relatório da grade comparativa direto da respectiva tela.
a.7	Deverá permitir consultar as cotações por número e ano, data, objeto, responsável, processo administrativo e situação.
b.	Sobre a Autorização:
b.1	Deverá permitir visualizar as cotações que estão sendo autorizadas.
b.2	Deverá permitir revisar uma aprovação ou reprovação indevida.
3.2.6	Sobre as Contratações Diretas - Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação:
a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
c.	Deverá permitir informar eventuais descontos e/ou impostos em valor ou percentual.
3.2.7	Sobre a Carta Convite:
a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir convidar um ou mais fornecedores.
c.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
d.	Deverá permitir o registro das ocorrências do certame na Ata de Sessão Pública.
3.2.8	Sobre a Tomada de Preço:

a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
3.2.9	Sobre a Concorrência Pública:
a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
3.2.10	Sobre a Adesão a Ata de Registro de Preço de outros Órgãos (Carona):
a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
3.2.11	Sobre a Chamada Pública:
a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
3.2.12	Sobre o Pregão Eletrônico:
a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
3.2.13	Sobre o Pregão Presencial:
a.	Deverá permitir adicionar uma ou mais requisições.
b.	Deverá permitir registrar marca dos produtos.
c.	Deverá permitir registrar o intervalo mínimo entre os lances em valor ou percentual.
d.	Deverá permitir registrar as rodadas de lances respeitando o intervalo mínimo definido.
3.2.14	Sobre a Impugnação e Recurso Administrativo:
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar o fornecedor que está registrando o recurso ou a impugnação.
b.	Sobre o Resultado:
b.1	Deverá permitir registrar o resultado do recurso ou impugnação, informando a data, resultado e conclusão do resultado.
3.2.15	Sobre a Gestão de Contratos
a.	Sobre o Cadastro:
a.1	Deverá permitir vincular ao contrato apenas os fornecedores que foram declarados vencedores na licitação em questão.
a.2	Deverá permitir informar a data de assinatura do contrato.
a.3	Deverá permitir informar o tipo de contratação.
a.4	Deverá permitir informar a vigência do contrato, com preenchimento da data inicial e controlar vigência em dias e o próprio sistema verificar a data final.
b.	Sobre os Ajustes:
b.1	Deverá permitir registrar a vigência do ajuste.
c.	Sobre a Execução:
c.1	Deverá permitir informar a situação do contrato em "Em Execução", "Suspenso (Paralisado) " e "Encerrado – Cumprimento Integral".
c.2	Deverá permitir informar se existe termo circunstanciado assinado pelas partes.
d.	Sobre as Exigências de Obras:
d.1	Se trata-se de obra rodoviária ou de saneamento.
d.2	Se houve levantamento das condições físicas das áreas selecionadas.
3.2.16	Sobre a Gestão da Ata de Registro de Preço
a.	Sobre o Cadastro:

a.1	Deverá permitir vincular à Ata de registro de Preço apenas os fornecedores que foram declarados vencedores na licitação em questão.
a.2	Deverá permitir informar a data de assinatura da Ata.
a.3	Deverá permitir informar o tipo de contratação.
a.4	Deverá permitir informar a vigência da Ata, com preenchimento da data inicial e controlar vigência em dias e o próprio sistema verificar a data final.
b.	Sobre os Ajustes:
b.1	Deverá permitir informar se há exigência de garantia.
c.	Sobre a Execução:
c.1	Deverá permitir informar a situação do empenho em "Em Execução", "Suspense (Paralisado)" e "Encerrado - Cumprimento Integral".
c.2	Deverá permitir informar se existe termo circunstanciado assinado pelas partes.
3.2.17	Sobre os Pedidos de Compras
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar a condição de pagamento.
a.2	Deverá permitir a impressão do pedido de compra direto da tela.
3.2.18	Sobre a Execução do Empenho
a.	Deverá permitir informar a situação do empenho em "Em Execução", "Suspense (Paralisado)" e "Encerrado - Cumprimento Integral".
b.	Deverá permitir informar se existe termo circunstanciado assinado pelas partes.
3.2.19	Sobre a Solicitação de Entrega de Material/ Serviço
a.	Deverá permitir a impressão da solicitação de entrega direto da tela de consulta.
3.2.20	Sobre a Autorização de Fornecimento
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar o local de entrega dos produtos com endereço, prazo e o modo do fornecimento.
3.2.21	Sobre a Ordem de Serviço
a.	Sobre o Registro:
a.1	Deverá permitir informar o local da execução dos serviços com endereço, prazo e o modo do fornecimento.
3.2.22	Sobre os Relatórios
a.	Relatórios Cadastrais:
a.1	Deverá permitir a impressão da relação dos produtos cadastrados, possibilitando filtrar registros por grupo de produto e situação se "Ativo", "Inativo" ou "Todos".
b.	Relatórios de Requisições:
b.1	Deverá permitir a impressão por data.
c.	Relatórios de Pedidos:
c.1	Deverá permitir a impressão por Modalidade, número e ano.
d.	Relatórios de Licitações por Situação:
d.1	Deverá permitir a impressão por exercício.
e.	Solicitação de Entrega do Material / Serviço:
e.1	Deverá permitir a impressão por modalidade, número e ano.
f.	Contratos:
f.1	Deverá permitir a impressão por exercício.
g.	Autorização de Fornecimento:
g.1	Deverá permitir a impressão por data do pedido.
h.	Resultado da Licitação:

h.1	Deverá permitir a impressão por forma de julgamento.
i.	Ordem de Serviço:
i.1	Deverá permitir a impressão por data do pedido.
j.	Ata de Registro de Preço:
j.1	Deverá permitir a impressão por exercício.
k.	Saldo de Pedidos:
k.1	Deverá permitir a impressão por Ano.
l.	Saldo da Autorização de Fornecimento:
l.1	Deverá permitir a impressão por data do pedido.
3.2.23	Sobre a Manutenção:
a.	Deverá permitir a redefinição da senha para o usuário, informando a senha atual e nova senha.

4. Das funcionalidades e requisitos para o **Sistema de Almoxarifado**.

O módulo de Almoxarifado deverá ser desenvolvido na plataforma WEB com acessos intranet e internet, possibilitando o gerenciamento e controle do estoque da instituição em diversificados níveis, sendo: Almoxarifado, Centro de Custo, Conta Contábil, Localização, Lote, Validade.

Possibilitar o controle dos estoques Mínimo, Máximo, Ponto de Reposição.

O sistema deverá permitir integração com aplicação de Contabilidade para lançamento das liquidações e conciliações financeiras, devidamente classificadas de acordo com TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

4.1. Das especificações **OBRIGATÓRIAS** para o **Sistema de Almoxarifado**.

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA O SISTEMA DE ALMOXARIFADO
4.1.1	Sobre os Cadastros:
a.	Deverá possibilitar o controle de datas da aplicação, não permitindo retroagir os lançamentos, de acordo com comunicado do TCESP – SDG 43/2012, permitindo visualizar no momento da alteração a data vigente do sistema e data futura.
b.	Deverá permitir cadastrar multi-almoxarifados com definição de endereço;
c.	Deverá permitir cadastrar as unidades orçamentárias existentes na instituição, informando “Órgão”, “Unidade Orçamentaria” e “Unidade Executora”;
d.	Deverá permitir cadastrar os Centros de Custos atrelados a Unidade Orçamentária;
e.	Deverá permitir cadastrar grupos de produtos, respeitando a quantidade de níveis configurados (ex: Grupo / Subgrupo / Classe), classificando o grupo em “Materiais”, “Serviços” ou “Permanentes”, definindo-os de acordo com as classificações AUDESP.
f.	Deverá permitir cadastrar os produtos, definindo:
f.1	O grupo / subgrupo de produtos;
f.2	Unidade de medida;
f.3	Tipo do estoque;
f.4	Descrição;
f.5	Os almoxarifados que poderão movimentar o produto;
f.6	Controle de lote e validade por Almoxarifado;

f.7	Controle de estoques máximo, mínimo e ponto de reposição por Almoxarifado;
f.8	Vínculo com mais de uma classificação contábil;
g.	Deverá permitir controlar o estoque por localização no Almoxarifado, nos níveis definido na configuração do sistema (ex: Local, Sublocal e Posição);
h.	Deverá permitir cadastrar os fornecedores/credores, definindo:
h.1	O tipo em "Fornecedor" ou "Credor";
h.2	O porte em "Limitada", "Sociedade Anônima", "Microempresa", "Empresa de Pequeno Porte", "Microempresário Individual" ou "Eirelli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada)";
h.3	O site do fornecedor/credor;
h.4	O Ramo de Atividade de acordo com código CNAE;
h.5	O endereço como "Residencial", "Comercial", "Entrega/Correspondência" ou "Localização" e quando informado o CEP as informações do "Estado", "Município", "Logradouro" e "Bairro" devem ser preenchidas automaticamente, ficando para preenchimento o número e complemento.
h.6	O contato com Nome, E-mail, Telefone, Ramal;
h.7	O representante com CPF, Nome e Função.
i.	Deverá permitir cadastrar o responsável com a informação do CPF e nome, definindo a função em "Almoxarife", "Solicitante" e "Requisitante".
j.	Deverá permitir cadastrar os ramos de atividades existentes, porém deverá possuir carga inicial, de acordo com CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica);
k.	Deverá permitir cadastrar as unidades de medidas, informando sigla e descrição.
l.	Deverá possuir o Plano de Contas AUDESP devidamente atualizado, porém permitir o cadastro de um novo registro caso julgue necessário, com definição das contas de "Ativo", "Variação Patrimonial Diminutiva" e "Variação Patrimonial Aumentativa", bem como informar o ano a que se refere;
m.	Permitir consulta das Classificações Contábeis existentes.
4.1.2	Sobre a Movimentação do Estoque: Estoque inicial, Entradas no estoque, Saídas do Estoque, Estornos, Consumo Direto, Transferências entre Almoxarifados, Devolução de Transferência e Reclassificação Contábil.
a.	Registro Inicial do Estoque:
a.1	Deverá permitir registrar o estoque inicial por almoxarifado, através do código de cadastro do produto, informando a localização do produto, o lote e vencimento do produto, o estoque inicial para determinado centro de custo, conta contábil, a quantidade inicial e o valor unitário atual.
b.	Registro das Entradas no Estoque:
b.1	Deverá permitir registrar as entradas do estoque no Almoxarifado, verificando os níveis de gerenciamentos, pois quando aplicado controle de usuário por Almoxarifado e Centro de Custo, o sistema deverá permitir a entrada somente para o almoxarifado e centro de custo que o usuário logado possui permissão;
b.2	Deverá permitir definição do evento da entrada no estoque em "Aquisição de Estoque", "Incorporação de Estoque" ou "Outras Incorporações";
b.3	Deverá permitir definição do almoxarifado está recebendo o estoque;
b.4	Deverá permitir definição do centro de custo que está recebendo o estoque;
b.5	Deverá permitir informar os dados do documento fiscal, com número,

	série e data do documento;
b.6	Deverá permitir para o evento de "Aquisição de Estoque", informar o empenho da despesa, com preenchimento automático do fornecedor e valor do empenho e quando o fornecedor do empenho não possuir cadastro no sistema de Almoxarifado o mesmo deverá ser cadastrado automaticamente;
b.7	Permitir incluir somente os produtos que possui vínculo com o almoxarifado informado, definindo a localização do produto no estoque, lote e vencimento, quantidade adquirida e valor total;
b.8	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para efetivação da liquidação e controle simultâneo das movimentações.
c.	Registro das Saídas do Estoque:
c.1	Deverá permitir registrar as baixas do estoque verificando os níveis de gerenciamentos, pois quando aplicado controle de usuário por almoxarifado e centro de custo, o sistema deverá permitir a baixa do estoque somente para o almoxarifado e centro de custo que o usuário logado possui permissão;
c.2	Deverá permitir definir o evento da saída do estoque em "Baixa por Perda", "Baixa por Quebra", "Outras Baixas do Estoque" ou "Consumo por Requisição";
c.3	Deverá permitir definição do almoxarifado está baixando o estoque;
c.4	Deverá permitir definição do centro de custo está consumindo o estoque;
c.5	Para o evento "Consumo por Requisição", permitir vincular a requisição utilizando o número e ano da mesma;
c.6	Permitir consumir apenas os produtos que possui estoque para o centro de custo selecionado, informando o código de cadastro do produto e quantidade, informando a classificação contábil que está sendo consumida;
c.7	Quando vinculado à requisição de saída de material o sistema deverá preencher automaticamente os produtos que serão consumidos, com código de produto, descrição, unidade de medida, localização, lote, validade, conta contábil, conta de variação de estoque e quantidade solicitada, ficando para o usuário definir o atendimento total ou atendimento parcial;
c.8	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade, para controle simultâneo dos lançamentos.
d.	Registro dos Consumos Diretos de Produtos:
d.1	Deverá permitir registrar as entradas do estoque no Almoxarifado, verificando os níveis de gerenciamentos aplicados, pois quando aplicado controle de usuário por Almoxarifado e Centro de Custo, o sistema deverá permitir a entrada somente para o almoxarifado e centro de custo que o usuário logado possui permissão;
d.2	Deverá permitir definição do evento da movimentação do estoque em "Consumo Direto de Estoque";
d.3	Deverá permitir definição do almoxarifado que está movimentando o estoque;
d.4	Deverá permitir definição do centro de custo que está consumindo o estoque;
d.5	Deverá permitir informar os dados do documento fiscal, com número, série e data do documento;

d.6	Deverá permitir informar o empenho da compra, com preenchimento automático do fornecedor e valor do empenho, porém quando o fornecedor do empenho não possuir cadastro no sistema de Almoxarifado o mesmo deverá ser cadastrado automaticamente;
d.7	Permitir incluir somente os produtos que possui vínculo com o almoxarifado informado, definindo a localização do produto no estoque, lote e vencimento, quantidade e valor total;
d.8	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para efetivação da liquidação e controle simultâneo das movimentações.
e.	Registro dos Estornos das Movimentações:
e.1	Deverá permitir estornar as movimentações verificando os níveis de gerenciamentos, pois quando aplicado controle de usuário por Almoxarifado, o sistema deverá permitir o estornado somente das movimentações do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
e.2	Os estornos devem ser realizados através da busca da movimentação por almoxarifado, evento da movimentação, data do movimento, número da requisição, número e data do documento fiscal, aplicando o estorno para todos os produtos da movimentação ou para produto específico, na quantidade total ou parcial.
f.	Registro da Transferência de Estoque entre Almoxarifados:
f.1	Sobre o Envio do Estoque:
f.1.1	Deverá permitir transferir os estoques entre os Almoxarifados, verificando os níveis de gerenciamentos, pois quando aplicado controle de usuário por Almoxarifado, o sistema deverá permitir que a retirada do estoque do almoxarifado de origem, seja somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
f.1.2	Deverá permitir relacionar os produtos que serão transferidos através do código de cadastro do produto;
f.1.3	Deverá permitir informar de qual centro de custo será retirado o estoque;
f.1.4	Deverá permitir informar de qual localização será retirado o estoque;
f.1.5	Deverá permitir informar qual lote e vencimento será transferido;
f.2	Sobre o Recebimento do Estoque:
f.2.1	Deverá após seleção do almoxarifado e movimentação, preencher os produtos que estão sendo recebidos, exibindo o código de cadastro, descrição, unidade de medida, localização, lote, vencimento, conta contábil, centro de custo e quantidade.
g.	Sobre a Devolução do Estoque:
g.1	Deverá permitir registrar a devolução de produtos informando o almoxarifado origem e movimentação, exibindo almoxarifado destino, identificando o código de cadastro do produto, descrição, unidade medida, localização, lote, vencimento, conta contábil, centro de custo e quantidade.
h.	Registro da Reclassificação Contábil do Estoque:
h.1	Deverá permitir realizar a reclassificação contábil do produto no estoque, através do código de cadastro do produto, localização do produto, lote e vencimento, a conta de origem, conta destino e quantidade que será reclassificada.
4.1.3	Sobre os Relatórios - Deverá permitir a geração de download do relatório no formato "PDF";
a.	Relatório de Conta Corrente por Produto:
a.1	Deverá permitir gerar o relatório por período, selecionando mais que um

	produto;
a.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Conta Corrente do Produto e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por produto, exibindo código e descrição, data da movimentação, código da movimentação, descrição do movimento, N^o/serie e data do Documento, classificação contábil, quantidade e valor de entrada, quantidade e valor da saída, saldo físico, saldo financeiro e preço médio.
b.	Relatório de Conta Corrente por Produto e Almoxarifado:
b.1	Deverá permitir emitir o relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
b.2	Deverá permitir a geração do relatório por período, selecionando mais que um almoxarifado e produto;
b.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Conta Corrente do Produto por Almoxarifado e período da movimentação informando quando período selecionado estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por almoxarifado e produto, exibindo código e descrição, data da movimentação, código da movimentação, descrição do movimento, N^o/serie e data do Documento, conta contábil movimentada, quantidade e valor de entrada, quantidade e valor da saída, saldo físico, saldo financeiro e preço médio.
c.	Impressão da Requisição de Almoxarifado:
c.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
c.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Requisição de Materiais por Almoxarifado; • Exibir número e ano da requisição, data da requisição, centro de custo, justificativa, aplicação, responsável, almoxarifado, sequência do item, quantidade requisitada, unidade de medida, código do produto, descrição, permitindo registrar assinaturas de autorização, separação e recebido com registro das datas.
d.	AUDESP Geral:
d.1	Deverá permitir gerar o relatório por período, podendo ser emitido por classificação contábil se julgar necessário;
d.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Balancete AUDESP e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por classificação contábil, exibindo saldo anterior do período, total adquirido, total estornado da aquisição, total incorporado, total estornado da incorporação, total de saídas, total estornado das saídas, o saldo atual por conta.
e.	AUDESP por Almoxarifado:
e.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
e.2	Deverá permitir a geração do relatório por período, selecionando mais que um almoxarifado e classificação contábil;
e.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Balancete AUDESP por Almoxarifado e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em

	<p>"Aberto";</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agrupar as informações por Almojarifado e classificação contábil, exibindo saldo anterior do período, total adquirido, total estornado da aquisição, total incorporado, total estornado da incorporação, total de saídas, total estornado das saídas, o saldo atual por conta, totalizando por Almojarifado e total geral.
f.	Relatório de Média de Consumo por Centro de Custo:
f.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do centro de custo que o usuário logado possui permissão;
f.2	Deverá permitir a geração do relatório por período, selecionando mais que um centro de custo, grupo de produto e produto;
f.3	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Média de Consumo por Centro de Custo e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por Centro de Custo, Grupo de Produto e Produto, exibindo o período consumido, quantidades, valor de consumo, médias e totais.
g.	Relatório de Inventário de Estoque:
g.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almojarifado que o usuário logado possui permissão;
g.2	Deverá permitir a geração do relatório por data, grupo de produto e almojarifado;
g.3	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Inventário de Estoque e data do inventário informando se o período selecionado está em "Aberto"; • Agrupar as informações por almojarifado e grupo de produtos, exibindo código e descrição do produto, unidade de medida, quantidade, valor unitário, valor total, totalizando os agrupamentos.
h.	Relatório de Localização de Estoque:
h.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almojarifado que o usuário logado possui permissão;
h.2	Deverá permitir a geração do relatório por data, almojarifados e produtos;
h.3	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Localização de Estoque e data da consulta informando quando a data informada estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por almojarifado, exibindo código e descrição do produto, a localização de cada produto e o saldo em cada local.
i.	Relatório de Rastreamento de Lote:
i.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almojarifado que o usuário logado possui permissão;
i.2	Deverá permitir a geração do relatório buscando o período de vencimento analisado, almojarifados e produtos;
i.3	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Rastreamento de Lote e período de vencimento analisado informando quando o período selecionado estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por Almojarifado e produto, exibindo código do lote, vencimento, localização e saldo para local e lote e logo, totalizar o saldo do produto.
j.	Relatório do Extrato de Movimentação Geral:

j.1	Deverá permitir gerar o relatório por período, podendo ser emitido por classificação contábil se julgar necessário;
j.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Extrato da Movimentação e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por classificação contábil, data da movimentação, evento da movimentação, nº do empenho, Nº/Série e data do documento fiscal, fornecedor, valor de entrada, valor de saída, saldo da conta por movimento, saldo final da conta e total geral das classificações contábeis.
k.	Relatório de Extrato de Movimentação por Almoxarifado:
k.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
k.2	Deverá permitir a geração do relatório por período, selecionando mais que um almoxarifado e classificação contábil;
k.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Extrato de Movimentação por Almoxarifado e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em "Aberto"; • Agrupar as informações por Almoxarifado e Classificação Contábil, data da movimentação, evento da movimentação, nº do empenho, Nº/Série e data do documento fiscal, fornecedor, valor de entrada, valor de saída, saldo da conta por movimento, saldo final da conta e total geral por almoxarifado.
l.	Relatório de Nota de Saída:
l.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
l.2	Deverá permitir identificar a movimentação, buscando pela data da movimentação, código da requisição, centro de custo, almoxarifado ou evento da movimentação, tendo a opção de exibir o valor movimentado;
l.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Nota de Saída; • Exibir o almoxarifado movimentado, data da movimentação, evento, centro de custo, número da requisição, código e descrição do produto, unidade de medida, lote e validade, quantidade, valor da saída e total consumido, registrando assinatura e data da retirada.
m.	Relatório de Nota de Entrada:
m.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
m.2	Deverá permitir identificar a movimentação buscando pela data da movimentação, Nº/Serie e data do documento fiscal, fornecedor, almoxarifado, empenho ou evento da movimentação;
m.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título - Nota de Entrada; • Demonstrar o almoxarifado movimentado, data da movimentação, evento, centro de custo, nº do empenho, fornecedor, Nº/Série e data do documento fiscal, código e descrição do produto, unidade de medida, lote e validade, quantidade, valor bruto, valor desconto, valor líquido e valor total.
n.	Relatório de Nota de Transferência:
n.1	Deverá permitir identificar a movimentação desejada, buscando pela a

	data da movimentação, almoxarifado de origem, almoxarifado de destino e evento da movimentação;
n.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Nota de Transferência; • Demonstrar o almoxarifado de origem, data da movimentação, almoxarifado de destino, evento da movimentação, nº sequência, código e descrição do produto, unidade de medida, centro de custo, lote e validade do produto, localização, quantidade e valor total transferido, registrando assinatura e data da transferência ou devolução.
o.	Relatório de Estoque Mínimo:
o.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
o.2	Deverá permitir a geração do relatório por data, selecionando mais que um almoxarifado e produto;
o.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Relatório de Estoque Mínimo e data da consulta; • Agrupar as informações por Almoxarifado, exibindo código e descrição do produto, unidade de medida, quantidade mínima registrada e quantidade atual.
p.	Relatório de Estoque Máximo:
p.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
p.2	Deverá permitir a geração do relatório por data, selecionando mais que um almoxarifado e produto;
p.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Relatório de Estoque Máximo e data da consulta; • Agrupar as informações por Almoxarifado, exibindo código e descrição do produto, unidade de medida, quantidade máxima registrada e quantidade atual.
q.	Relatório de Ponto de Reposição:
q.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão;
q.2	Deverá permitir a geração do relatório por data, selecionando mais que um almoxarifado e produto;
q.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Relatório de Ponto de Reposição e data da consulta; • Agrupar as informações por Almoxarifado, exibindo código e descrição do produto, unidade de medida, ponto de reposição registrada e quantidade atual;
r.	Relatório de sugestão de Ponto de Reposição:
r.1	Deverá permitir emissão do relatório somente do almoxarifado que o usuário logado possui permissão
r.2	Deverá permitir a geração do relatório por período de consulta, selecionando mais que um almoxarifado e produto;
r.3	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Relatório de Sugestão de Ponto de Reposição e data da consulta; • Agrupar as informações por Almoxarifado, exibindo código e descrição do produto, unidade de medida, ponto de reposição e reposição sugerido.

4.2. Das especificações **DESEJÁVEIS** para o **Sistema de Almoxarifado**

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS DO SISTEMA DE ALMOXARIFADO
4.2.1	Sobre a Requisição do Material:
a.	Deverá permitir gerar a requisição de retirada de material do estoque, verificando os níveis de gerenciamento, sendo: O usuário logado somente poderá requisitar material ao almoxarifado e centro de custo que possui vínculo;
b.	Deverá permitir requisitar somente os produtos que estão vinculados ao almoxarifado informado;
c.	Permitir informar o solicitante do material;
d.	Permitir informar onde será aplicado o material e a justificativa da retirada.
4.2.2	Sobre Consulta de Estoque:
a.	Deverá permitir consultar em tela o estoque atualizado dos produtos, aplicando filtros de pesquisa por almoxarifado, código de cadastro do produto, descrição, localização do estoque, lote, vencimento, centro de custo, conta contábil e saldo do estoque.
4.2.3	Sobre o Inventário do Estoque:
a.	Deverá permitir informar responsável pela contagem do estoque, com registro do Nome e função;
b.	Deverá permitir informar qual almoxarifado será inventariado, bloqueando a movimentação total quando inventariado todos os grupos de produtos, ou bloquear somente os grupos de produtos que estão em processo de contagem;
c.	Deverá permitir registrar observação complementar;
d.	Deverá permitir registrar a data de finalização da contagem;
e.	Deverá permitir realizar a digitação da contagem através do código de cadastro do produto, informando a localização atual do produto, o lote e vencimento do produto, o estoque atual para determinado centro de custo, a quantidade identificada e a data da contagem, devendo o sistema identificar automaticamente a quantidade que será ajustada.
4.2.4	Sobre a Manutenção e Configuração:
a.	Grupo de Usuário: Deverá permitir a criação de grupo de usuário com nome, e-mail, descrição, definir se o grupo será de "Administradores", com ativação e vinculação de Usuários.
b.	Administração de Usuário: Deverá permitir o cadastro de usuário com Nome, Sobrenome, e-mail, definindo o mesmo como "Administrador", vinculação de foto, com ativação e bloqueio de usuário, definição de login e senha, dando a opção para alteração da senha no próximo acesso, armazenando pergunta secreta, e geração de chave "Token", permitindo ainda vincular o usuário vários grupos de acesso.
c.	Alterar Senha: Deverá permitir a redefinição da senha para o usuário, informando a senha atual e nova senha.
d.	Regras de Usuário: Deverá permitir definir as regras de acesso e menu para o grupo e usuário.
e.	Permissão por Registro: Deverá permitir definir as regras de acesso por grupo e usuário para os almoxarifados e centros de custos.
f.	Instituição: Deverá permitir cadastrar a instituição informando o tipo da unidade gestora, CNAE, CNPJ, nome/ razão social, nome fantasia, nome e CPF do responsável, telefone, CEP, estado, município, endereço, número, bairro, complemento, logotipo da instituição e quais informações serão impressas nos relatórios, bem como permitir informar se deverá ser exibido

	o nome do usuário que está emitindo os relatórios.
g.	Configuração do Sistema: Deverá permitir na configuração inicial do sistema:
g.1	Definir qual a data que será iniciada as atividades;
g.2	Definir com quantos dígitos será composto o código do produto;
g.3	Definir com quantos níveis será aplicado o cadastro do grupo do produto, bem como com quantos dígitos;
g.4	Definir com quantos níveis será aplicado o controle da localização do estoque e quantidade de dígitos;
g.5	Definir com quantos níveis será aplicado o cadastro de centro de custo e quantidade de dígitos;
g.6	Definir se será aplicado com controle de estoque por centro de custo na entrada do estoque

5. Das funcionalidades e requisitos para o **sistema de Patrimônio**.

O módulo de Patrimônio deverá ser desenvolvido na plataforma Web com acessos intranet e internet, possibilitando administração dos Bens Móveis, Intangíveis, Relação Carga, Imóveis e Controle de Obras.

O sistema deverá permitir integração com aplicação de Contabilidade para lançamento das liquidações e conciliações financeiras, devidamente classificadas de acordo com TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

5.1. Das especificações **OBRIGATÓRIAS** para o Sistema de Patrimônio.

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA O SISTEMA DE PATRIMÔNIO
5.1.1	Sobre os Cadastros:
a.	Deverá possibilitar o controle de datas da aplicação, não permitindo retroagir os lançamentos, de acordo com comunicado do TCESP – SDG 43/2012, permitindo visualizar no momento da alteração a data vigente do sistema e data futura.
b.	Deverá permitir cadastrar as unidades orçamentárias existentes na instituição, informando “Órgão”, “Unidade Orçamentaria” e “Unidade Executora”;
c.	Deverá permitir cadastrar os Centros de Custos atrelados a Unidade Orçamentária;
d.	Deverá permitir cadastrar as localizações patrimoniais vinculadas aos centros de custos, nos níveis definidos na configuração do sistema (ex: Local e Sublocal);
e.	Deverá permitir cadastrar o responsável com a informação do CPF, nome

	e cargo;
f.	Deverá permitir cadastrar os estados de conservação, informando o conceito e pontuação, porém o sistema deverá carregar como carga inicial os estados de conservação "Excelente", "Bom", "Regular" e "Ruim";
g.	Deverá permitir cadastrar os tipos de documentos utilizados, informando o nome e descrição;
h.	Deverá permitir cadastrar os motivos da baixa do bem informando a descrição, porém o sistema deverá carregar como carga inicial os motivos "Alienação", "Furtos, Extravios e Roubos", "Destruição", "Cessão", "Declaração de Incapacidade", "Troca e Permuta", entre outros;
i.	Deverá permitir cadastrar os fornecedores/credores, definindo:
i.1	O tipo em "Fornecedor" ou "Credor";
i.2	O porte em "Limitada", "Sociedade Anônima", "Microempresa", "Empresa de Pequeno Porte", "Microempresário Individual" ou "Eirelli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada)";
i.3	O site do fornecedor/credor;
i.4	Se apto para Compra e/ou Ativo;
i.5	Se "Pessoa Física" ou "Pessoa Jurídica";
i.6	O Ramo de Atividade de acordo com código CNAE;
i.7	O endereço como "Residencial", "Comercial", "Entrega/Correspondência" ou "Localização" e quando informado o CEP as informações do "Estado", "Município", "Logradouro" e "Bairro" devem ser preenchidas automaticamente, ficando para preenchimento o número e complemento.
i.8	O contato com Nome, E-mail, Telefone, Ramal;
i.9	O representante com CPF, Nome e Função.
j.	Deverá permitir cadastrar os tipos de bens, respeitando a quantidade de níveis configurados (ex: Tipo do Bem / Classe do Bem), classificando os tipos nas categorias "Bem Móveis", "Bem Imóveis" ou "Bem Intangíveis", definindo a vida útil integral do bem "em anos", percentual do residual, classificação contábil e se categoria "Bem Imóvel" classificar em "Terrenos", "Obras" ou "Outros".
k.	Deverá permitir cadastrar as comissões responsáveis pelo gerenciamento do patrimônio, informando o tipo de documento que designou a comissão, com número e data, período de vigência e os integrantes da comissão, informando CPF, Nome e Função;

l.	Deverá permitir cadastrar os cartórios de registros imobiliários com endereço, classificando como "Residencial", "Comercial", "Entrega/Correspondência" ou "Localização" e quando informado o CEP as informações do "Estado", "Município", "Logradouro" e "Bairro" devem ser preenchidas automaticamente, ficando para preenchimento o número e complemento.
l.1	Vincular um ou mais contatos do cartório com telefone;
m.	Deverá permitir cadastrar os expropriados definindo "Pessoa Física" ou "Pessoa Jurídica", vinculando endereço classificando como "Residencial", "Comercial", "Entrega/Correspondência" ou "Localização". Quando informado o CEP as informações do "Estado", "Município", "Logradouro" e "Bairro" devem ser preenchidas automaticamente, ficando para preenchimento o número e complemento.
m.1	Vincular um ou mais contatos do expropriado com telefone;
n.	Deverá possuir o Plano de Contas AUDESP devidamente atualizado, porém permitir o cadastro de um novo registro, com definição das contas de "Ativo", "Variação Patrimonial Diminutiva" e "Variação Patrimonial Aumentativa", bem como informar o ano a que se refere.
n.1	Permitir consulta das Classificações Contábeis existentes;
5.1.2	Sobre o registro dos Bens:
a.	Registro das Obras:
a.1	Deverá permitir consultar em tela as obras já cadastradas, pesquisando por "Código", "Descrição", "Tipo de Bem" e "Tipo da Obra";
a.2	Deverá permitir vincular o tipo do bem;
a.3	Deverá permitir definir o tipo da obra, sendo "Construção" e "Reforma / Ampliação";
a.4	Deverá permitir vincular o imóvel quando o tipo da obra for "Reforma / Ampliação";
a.5	Deverá permitir registrar a descrição do bem;
a.6	Deverá permitir definir a situação da obra em "Em andamento" ou "Parada";
5.1.3	Sobre a Movimentação Patrimonial: Registro das Aquisições / Incorporações:
a.	Dos Bens Móveis / Intangíveis:
a.1	Deverá permitir definir o evento de entrada em "Aquisição de Bens

	Patrimoniais”, “Incorporação de Bens Patrimoniais por Doação” e “Outras Incorporação de Bens”;
a.2	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
a.3	Deverá permitir para o evento de “Aquisição de Bens Patrimoniais”, informar o empenho da despesa, com preenchimento automático do fornecedor e valor do empenho, quando o fornecedor do empenho não possuir cadastro no sistema de Patrimônio o mesmo deverá ser cadastrado automaticamente;
a.4	Deverá permitir informar os dados fiscais, preenchendo o tipo do documento, número, série e data do documento;
a.5	Deverá permitir informar o número de processo, data da garantia e descrição adicional;
a.6	Deverá permitir registrar movimentação dos bens em grupo, definindo a localização, estado de conservação, valor unitário e se os bens serão colocados em uso para controle da vida útil e início da depreciação dos bens;
a.7	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para efetivação da liquidação e controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP;
b.	Dos Bens Imóveis:
b.1	Deverá permitir definir o evento da entrada em “Aquisição de Bens Patrimoniais”, “Incorporação de Bens Patrimoniais por Doação” e “Outras Incorporação de Bens”;
b.2	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
b.3	Deverá permitir para o evento de “Aquisição de Bens Patrimoniais”, informar o empenho da despesa.
b.4	Deverá permitir informar o número de processo;
b.5	Deverá permitir registrar movimentação do imóvel, informando a área total em metros quadrados e o valor atual o imóvel;
b.6	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para efetivação da liquidação e controle em tempo real das movimentações, de acordo com a

	classificação contábil AUDESP;
c.	Das Incorporações de Custo de Obras:
c.1	Deverá permitir definir o evento da entrada em "Incorporação de Custo de Obras em Andamento";
c.2	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
c.3	Deverá permitir informar o empenho da despesa, com preenchimento automático do fornecedor e valor do empenho, quando o fornecedor do empenho não possuir cadastro no sistema de Patrimônio o mesmo deverá ser cadastrado automaticamente;
c.4	Deverá permitir informar os dados fiscais, preenchendo o tipo do documento, número, série e data do documento;
c.5	Deverá permitir registrar movimentação da obra, informando o valor da medição;
c.6	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para efetivação da liquidação e controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP;
5.1.4	Sobre as Movimentações Patrimoniais: Depreciações/Amortizações, Transferências, Reavaliações, Reclassificações Contábeis, Baixas, Conclusão das Obras, Desdobro de Área e Estorno de Lançamentos.
a.	Registro das Depreciações/Amortizações:
a.1	Deverá permitir executar a depreciação/amortização dos bens pela categoria do bem;
a.2	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
a.3	Deverá permitir executar a depreciação/amortização por tipo de bem, em grupo ou individual por bem;
a.4	Após a seleção da categoria e tipo de bens, o sistema deverá de forma automática apresentar através de lista os bens que serão depreciados/amortizados, se é relação carga, a descrição do bem, valor de aquisição/reavaliação, valor atual do bem, valor residual, vida útil remanescente, percentual da depreciação, quantos meses serão depreciados, valor total da depreciação por bem e o valor atualizado do

	bem após a depreciação/amortização;
a.5	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP;
b.	Registro das Transferências Patrimoniais:
b.1	Deverá permitir registrar as transferências entre as localizações patrimoniais, vinculando a documentação que autoriza a transferência, definindo o tipo de documento, número e data do documento;
b.2	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
b.3	Deverá permitir realizar transferência em grupo;
b.4	Deverá permitir informar o local de destino do bem e o local de origem;
c.	Registro Reavaliação Patrimonial - Dos Bens Móveis / Intangíveis:
c.1	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
c.2	Deverá permitir vincular a comissão responsável pela reavaliação dos bens moveis / intangíveis;
c.3	Deverá permitir reavaliar os bens patrimoniais e relação carga;
c.4	Deverá exibir o valor atual do bem;
c.5	O sistema deverá sugerir o valor da reavaliação do bem utilizando como base de cálculo a vida útil provável do bem, o estado de conservação avaliado e valor de mercado, deixando a critério de a comissão aceitar a sugestão ou informar o valor desejado;
c.6	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP;
d.	Registro Reavaliação Patrimonial - Dos Bens Imóveis:
d.1	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
d.2	Deverá permitir vincular a comissão responsável pela reavaliação dos bens imóveis;
d.3	Deverá exibir o valor atual do imóvel selecionado, vida útil provável em meses e o valor de reavaliação;
d.4	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real

	das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP;
e.	Registro da Reclassificação Contábil:
e.1	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
e.2	Deverá permitir realizar a reclassificação contábil do bem patrimonial e relação carga, informando a categoria e o tipo do bem de destino, devendo o sistema permitir identificar os bens que serão reclassificados através do número do bem, se é relação carga, descrição, tipo do bem atual, classificação contábil;
e.3	Deverá demonstrar em tela qual o valor de aquisição/reavaliação, valor depreciado e valor atual do bem que será reclassificado;
e.4	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP;
f.	Registro das Baixas Patrimoniais - Dos Bens Móveis / Intangíveis:
f.1	Deverá permitir definir o evento da baixa em "Baixa de Bens Patrimoniais" e "Baixa de Bens Patrimoniais por Doação";
f.2	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
f.3	Deverá permitir informar o motivo da baixa;
f.4	Deverá permitir informar à documentação que autoriza a baixa do patrimônio, definindo o tipo de documento, número e data do documento;
f.5	Deverá demonstrar em grade qual o valor de aquisição/reavaliação, valor depreciado e valor líquido da baixa;
f.6	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP;
g.	Registro das Baixas Patrimoniais - Dos Bens Imóveis:
g.1	Deverá permitir definir o evento da baixa em "Baixa de Bens Patrimoniais" e "Baixa de Bens Patrimoniais por Doação";
g.2	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
g.3	Deverá permitir realizar baixa parcial e total do imóvel. Quando baixa parcial permitir informar em metros quadrados, à quantidade que está sendo baixada;

g.4	Deverá permitir informar o motivo da baixa;
g.5	Deverá permitir informar à documentação que autoriza a baixa do patrimônio, definindo o tipo de documento, número e data do documento;
g.6	Deverá permitir registrar baixa dos bens em grupo ou individual, pesquisando através do número do imóvel e descrição;
g.7	Deverá demonstrar em tela a área total do imóvel, área que está sendo baixada e área restante;
g.8	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP.
h.	Conclusão de Obras:
h.1	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
h.2	Deverá permitir informar à documentação que define a conclusão da obra, preenchendo o tipo de documento, número e data do documento;
h.3	Deverá permitir informar à obra que está sendo concluída e em qual imóvel será incorporado o custo total da obra;
h.5	Deverá permitir definir em metros quadrados o tamanho do imóvel que está incorporando a obra;
h.6	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP.
i.	Registro de Desdobro de Área:
i.1	Deverá permitir registrar o desdobro de área, definindo o terreno de origem;
i.2	Deverá permitir informar à documentação que autoriza o desdobro da área, definindo o tipo de documento, número e data do documento;
i.3	Deverá permitir informar a descrição da área que está sendo desdobrada e a metragem, para que o sistema automaticamente cadastre essa nova área com a quantidade desdobrada e valor;
i.4	Ao concluir a movimentação o sistema deverá registrar automaticamente os lançamentos no sistema de Contabilidade para controle em tempo real das movimentações, de acordo com a classificação contábil AUDESP.
j.	Registro do Estorno de Lançamentos:
j.1	Deverá permitir realizar estornos dos lançamentos dos bens e relação

	carga de todas as categorias;
j.2	Deverá ao informar o bem que será estornado, demonstrar em tela as movimentações registradas para o mesmo, a fim de facilitar a identificação do lançamento que será estornado.
5.1.5	Periférico - Das Impressoras:
a.	Deverá permitir gerar etiquetas através das impressoras do modelo "Argox – OS214 Plus", permitindo ainda que o usuário parametrize o modelo padrão estabelecido pela instituição sobre largura, altura, margem, tamanho das colunas, tamanho da fonte, quantidade de caracteres e quantidade de colunas utilizada na etiqueta, devendo gravar o modelo definido;
b.	Deverá permitir que o usuário na parametrização da etiqueta definida as informações que serão impressas, como "Nome do Bem", "Local do Bem", "Instituição", "Imagem" e "Código de Barras padrão – Intervalado 2 de 5".
5.1.6	Periférico - Do Coletor de Dados:
a.	Deverá ser executado na plataforma "Android" permitindo leitura de código de barras.
b.	Deverá efetuar a leitura dos bens a fim de facilitar os registros e obtenção de resultado do processo de inventário.
5.1.7	Sobre os Relatórios - Deverá permitir a geração de download do relatório no formato "PDF";
a.	Relatório de Ficha Cadastral dos Bens Patrimoniais:
a.1	Deverá permitir gerar o relatório selecionando o período de aquisição, a categoria do bem patrimonial, se relatório somente dos bens classificados como "Relação Carga" e se o mesmo será gerado em grupo ou individual;
a.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações:
a.3	Como título – Ficha Cadastral do Bem Patrimonial;
a.4	Quando "Bens Móveis / Intangíveis": <ul style="list-style-type: none"> • Exibir o número e descrição do bem, quando "Relação Carga" deverá ser informada, constar informação de marca, categoria, tipo de bem; • Os dados da aquisição como "Evento", "Data", "Processo", "Estado de Conservação", "Local", "Responsável", "Vida Útil Integral em meses", "Valor de Aquisição", "Fornecedor", "Tipo do Documento", "Nº/Série e Data do Documento", "Descrição da Garantia", "Data da Garantia", "Nº

	<p>Empenho”;</p> <p>Os dados Atuais como “Situação do Bem”, “Local Atual”, “Responsável”, “Vida Útil Remanescente em meses”, “Valor Atual”, em caso de estar baixado, deverá possuir o “Motivo de Baixa” e “Data”.</p>
a.5	<p>Quando “Bens Imóveis”:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exibir o número e descrição do imóvel, constar informação do tipo de bem, endereço do imóvel, tipo do imóvel, inscrição imobiliária, lote, quadra, área construída, latitude e longitude; • Os dados do registro do imóvel como cartório, ano do registro, livro, folhas, número, inscrição e data; • Os dados da aquisição como “Evento”, “Data”, “Processo”, “Vida Útil Integral em meses”, “Metragem”, “Valor de Aquisição”, “Expropriado”, “Tipo do Documento”, “Nº/Série e Data do Documento” e “Nº Empenho”; <p>Os dados atuais como “Situação do imóvel”, “Vida Útil Remanescente em meses”, “Metragem atual”, “Valor Atual”, em caso de estar baixado, deverá possuir o “Motivo de Baixa” e “Data”.</p>
b.	Relatório de Bens por Data de Aquisição:
b.1	Deverá permitir a geração do relatório por período de aquisição, selecionando quando necessário o evento de origem da aquisição;
b.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: Como título – Bens por Data de Aquisição e período da pesquisa informando quando o período selecionado estiver em “Aberto”;
b.3	Agrupar as informações por evento e data de aquisição, exibindo número do bem, se é relação carga, descrição do bem, tipo do bem, local de aquisição, fornecedor, dados do documento (tipo, nº/série e data), processo, valor de aquisição, valor atual, totalizando por data de aquisição, por evento e total geral.
c.	Relatórios de Bens Baixados:
c.1	Dos Bens Móveis / Intangíveis: Deverá permitir gerar o relatório selecionando o período de baixa, o evento e o motivo;
c.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Bens por Data de Aquisição e período da pesquisa informando quando o período selecionado estiver em “Aberto”; Agrupar as informações por evento da baixa e motivo, exibindo a data da

	baixa, número do bem, se é relação carga, descrição do bem, tipo do bem, ultimo local do bem, dados do documento que deu origem a baixa (tipo, número e data) e valor da baixa, totalizando por motivo, por evento e total geral.
c.3	Dos Bens Imóveis: <ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir gerar o relatório selecionando o período de baixa, evento, motivo e tipo (Parcial / Total);
c.4	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Imóveis Baixados e período da pesquisa informando quando o período selecionado estiver em “Aberto”; Agrupar as informações por evento da baixa e motivo, exibindo a data da baixa, número do imóvel, descrição do bem, tipo do bem, tipo da baixa, dados do documento que deu origem a baixa (tipo, número e data), metragem baixada e valor da baixa, totalizando por motivo, por evento e total geral.
d.	Relatório de Bens Agregados:
d.1	Deverá permitir gerar o relatório por categoria patrimonial;
d.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Bens Agregados; • Quando Bens Móveis / Intangíveis: Exibir o número e descrição do bem principal, tipo do bem, categoria, localização atual, responsável pelo local e valor atual do bem, os bens agregados, se é relação carga, descrição e valor atual dos bens agregados, devendo apresentar totalização dos bens agregados e total geral considerando o valor do tomo principal;
d.3	Quando Bens Imóveis: <ul style="list-style-type: none"> • Exibir o número e descrição do imóvel principal, tipo do bem, categoria, metragem e valor atual, os imóveis agregados com número e descrição, metragem atual e valor atual do imóvel agregado, devendo apresentar totalização dos bens agregados e total geral considerando o valor do imóvel principal.
e.	Relatório de Bens para Reavaliação:
e.1	Deverá permitir gerar o relatório por localização;
e.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Bens para Reavaliação;

	<ul style="list-style-type: none"> Agrupar as informações por localização, exibindo número e descrição do bem, se é relação carga, metragem atual e valor atual, totalizando por local e geral.
f.	Relatório de Laudo de Reavaliação:
f.1	Deverá permitir gerar o relatório informando comissão e período da reavaliação;
f.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Como Título – Laudo de Reavaliação; <p>Exibir os dados da comissão responsável pela reavaliação, como documento de nomeação e vigência, demonstrar a reavaliação agrupado pela classificação contábil, tipo de bem, data da reavaliação, descrição do bem, se é relação carga, local do bem, estado de conservação do bem, vida útil provável, valor inicial, valor atual, valor de mercado, valor reavaliado e valor sugerido. Permitir registrar as assinaturas da comissão e data do laudo.</p>
g	Termo de Transferência:
g.1	Deverá permitir gerar o relatório informando o período da transferência, local de origem, dando a opção de impressão do relatório com valor atual do bem;
g.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Como Título – Termo de Transferência; <p>Agrupar o relatório pelo local de origem, data da transferência, documento que autorizou a transferência e o local de destino do bem, demonstrando o número do bem, se é relação carga, descrição, categoria, tipo de bem, registrando a assinatura e data do termo.</p>
h.	Responsabilidade Total:
h.1	Deverá permitir gerar o relatório informando a data desejada e o local;
h.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Como Título – Termo de Responsabilidade Total e data; <p>Agrupar o relatório pelo local do bem, demonstrando os bens existentes no local na data selecionada, com número do bem, se é relação carga, descrição e valor atual registrando a assinatura do responsável e data do termo.</p>
i.	Responsabilidade Parcial:
i.1	Deverá permitir gerar o relatório informando a data desejada, local e

	patrimônio;
i.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como Título – Termo de Responsabilidade Parcial e data; Agrupar o relatório pelo local do bem, demonstrando os bens existentes no local na data selecionada, com número do bem, se é relação carga, descrição e valor atual registrando a assinatura do responsável e data do termo.
j.	Termo de Manutenção:
j.1	Deverá permitir gerar o relatório informando o período da manutenção e tipo da manutenção;
j.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como Título – Termo de Manutenção e o tipo (Interna ou Externa); Exibir o número do bem, se relação carga, descrição, registrando data do termo e assinaturas do responsável da instituição e o responsável pela manutenção.
k.	Termo de Baixa - Dos Bens Móveis / Intangíveis
k.1	Deverá permitir gerar o relatório informando o período da baixa, tipo do documento que autorizou à baixa, motivo e evento contábil;
k.2	O relatório deverá apresentar as informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Termo de Baixa; Agrupar o relatório pelo local do bem, evento da movimentação, data da baixa, motivo e documento que autorizou a baixa, demonstrando o número do bem, se relação carga, descrição, categoria, tipo de bem e valor da baixa, registrando a assinatura do responsável e data do termo;
l.	Termo de Baixa - Dos Bens Imóveis:
l.1	Deverá permitir gerar o relatório informando o período da baixa e imóvel;
l.2	O relatório deverá apresentar as informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Termo de Baixa e período; Agrupar o relatório pelo evento da movimentação, motivo da baixa, data da baixa, documento que autorizou a baixa, demonstrando o número do imóvel, descrição, tipo de bem, área baixada, valor baixa.
m.	AUDESP do Ativo:
m.1	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá permitir gerar o relatório por período, podendo ser emitido por classificação contábil se julgar necessário;
m.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações:

	<ul style="list-style-type: none"> • Como título – Balancete AUDESP – Patrimônio e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em “Aberto”; • Agrupar as informações por classificação contábil, exibindo contas de variação, saldo anterior do período, total adquirido, total estornado da aquisição, total incorporado, total estornado da incorporação, total de saídas, total estornado das saídas, o saldo atual por conta e total geral.
n.	AUDESP da Depreciação:
n.1	Deverá permitir gerar o relatório por período, podendo ser emitido por classificação contábil se julgar necessário;
n.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Balancete AUDESP – Depreciação e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em “Aberto”; <p>Exibir as contas do ativo e as respectivas contas de depreciação/amortização, o saldo atual do patrimônio, saldo anterior da depreciação, lançamento no período, estorno do lançamento, baixa da depreciação, estorno da baixa, saldo atual da depreciação e valor líquido do patrimônio por conta e total geral.</p>
o.	Relatórios Extrato de Lançamentos - Do Ativo:
o.1	Deverá permitir gerar o relatório por período, podendo ser emitido por classificação contábil se julgar necessário;
o.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Extrato de lançamentos – Patrimônio e período da movimentação; <p>Agrupar as informações por classificação contábil, exibindo data do lançamento, evento do movimento, tipo de movimento, documento, fornecedor, empenho, valor de entrada, valor de saída, saldo por movimento, saldo total da conta e saldo total geral;</p>
p.	Relatórios Extrato de Lançamentos - AUDESP da Depreciação
p.1	Deverá permitir gerar o relatório por período, podendo ser emitido por classificação contábil se julgar necessário;
p.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Extrato de Lançamentos – Depreciação e período da movimentação informando quando o período selecionado estiver em

	<p>“Aberto”;</p> <p>Agrupar as informações pela classificação contábil do ativo e as respectivas contas de depreciação/amortização, exibindo data do lançamento, evento do movimento, tipo de movimento, valor de lançamento, valor da baixa, saldo por movimento, saldo total da conta e saldo total geral;</p>
q.	Relatório de Conta Corrente:
q.1	Deverá permitir gerar o relatório por categoria e bem patrimonial, informando quando obra ou relação carga, permitindo ainda selecionar mais que um bem;
q.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Conta Corrente; <p>Agrupar por bem patrimonial, descrição e local atual, exibindo data do lançamento, evento do movimento, documento, fornecedor, empenho, valor movimento e valor atual;</p>
r.	Relatório de Acompanhamento da Obra:
r.1	Deverá permitir gerar o relatório por data, tipo da obra e situação;
r.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Acompanhamento da Obra e data; <p>Agrupar por situação da obra, exibindo número da obra, descrição, tipo de bem, Tipo da obra, valor inicial, valor atual e total por situação;</p>
s.	Relatório de Histórico de Evolução do Imóvel:
s.1	Deverá permitir gerar o relatório por imóvel;
s.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Histórico de Evolução do Imóvel; <p>Exibir as informações por imóvel, com número e descrição, endereço, data de aquisição, valor de aquisição, valor atual e área total, listando as evoluções, com número e descrição, situação, data da finalização e valor incorporado, total das obras e total geral do imóvel;</p>
t.	Relatório de Inventário Físico e Financeiro - Dos Bens Móveis / Intangíveis:
t.1	Deverá permitir gerar o relatório por localização e classificação contábil, permitindo optar pela exibição de valor;
t.2	<p>O relatório deverá apresentar as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Inventário Físico e Financeiro dos Bens Móveis /

	Intangíveis e data; Agrupar por local, exibindo o número do bem, se relação carga, descrição, valor de aquisição ou reavaliação, valor de depreciação, valor atual e situação atual do bem, totalizando por local e total geral.
u.	Relatório de Inventário Físico e Financeiro - Dos Bens Imóveis:
u.1	Deverá permitir gerar o relatório por classificação contábil, permitindo optar pela exibição de valor;
u.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Inventário Físico e Financeiro dos Bens Imóveis e data; Exibir o número do imóvel, descrição, endereço e situação atual do bem.
v.	Relatório de Inventário Físico e Financeiro - Das Obras:
v.1	Deverá permitir gerar o relatório por classificação contábil, permitindo optar pela exibição de valor;
v.2	O relatório deverá apresentar as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> • Como título – Inventário Físico e Financeiro de Obras e data; Exibir o número da obra, tipo da obra, descrição, o imóvel que está recebendo a obra e situação atual da obra.
5.1.8	Sobre a Manutenção e Configuração do Sistema:
a.	Grupo de Usuário: Deverá permitir a criação de grupo de usuário com nome, e-mail, descrição, definir se o grupo será de "Administradores", com ativação e vinculação de Usuários.
b.	Administração de Usuário: Deverá permitir o cadastro de usuário com Nome, Sobrenome, e-mail, definindo o mesmo como "Administrador", vinculação de foto, com ativação e bloqueio de usuário, definição de login e senha, dando a opção para alteração da senha no próximo acesso, armazenando pergunta secreta, e geração de chave "Token", permitindo ainda vincular o usuário vários grupos de acesso;
c.	Alterar Senha: Deverá permitir a redefinição da senha para o usuário, informando a senha atual e nova senha;
d.	Regras de Usuário: Deverá permitir definir as regras de acesso e menu para o grupo e usuário.
e.	Instituição: Deverá permitir cadastrar a instituição informando o tipo da unidade gestora, CNAE, CNPJ, nome/ razão social, nome fantasia, nome e CPF do responsável, telefone, CEP, estado, município, endereço, número,

	bairro, complemento, logotipo da instituição e quais informações serão impressas nos relatórios, bem como permitir informar se deverá ser exibido o nome do usuário que está emitindo os relatórios;
f.	Configuração do Sistema: Deverá permitir na configuração inicial do sistema:
f.1	Definir qual a data que será iniciada as atividades;
f.2	Definir quantidade de níveis de controle da localização;
f.3	Definir com quantos níveis será aplicado o tipo de bem e quantidade de dígitos;
f.4	Definir com quantos níveis será aplicado o cadastro de centro de custo e quantidade de dígitos;
f.5	Permitir definir se o imóvel será controlado com numeração independente dos bens móveis / intangíveis;

5.2. Das especificações **DESEJÁVEIS** para o Sistema de Patrimônio.

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO
5.2.1	Sobre o Registro dos Bens:
a.	Registro de Bens Móveis / Intangíveis:
a.1	Deverá permitir consultar em tela os bens já cadastrados, pesquisando por "Descrição", "Tipo de Bem", "Categoria do Bem" e "Relação Carga";
a.2	Deverá permitir cadastrar os bens categorizados como "Móveis" e "Intangíveis" informando o número do bem ou de forma automática;
a.3	Deverá permitir cadastrar bens definidos como "Relação Carga", tendo o número de controle separado dos bens patrimoniais, sendo numeração automática e sequencial;
a.4	Deverá permitir informar a quantidade de cadastros necessários para registro em grupo, devendo o sistema verificar o último número de registro;
a.5	Deverá permitir vincular no cadastro o tipo do bem;
a.6	Deverá permitir registrar a descrição do bem;
a.7	Deverá permitir registrar a marca do bem;
a.8	Deverá permitir anexar imagem do bem nas extensões "JPEG", "PNG" ou "GIF", devendo a imagem ser exibida no cadastro, sem a necessidade de

	baixar o arquivo para visualização.
b.	Registro de Bens Imóveis:
b.1	Deverá permitir consultar em tela os bens já cadastrados, pesquisando por "Descrição", "Tipo de Bem" e "Tipo Imóvel";
b.2	Deverá permitir cadastrar os bens informando o número do bem ou de forma automática;
b.3	Deverá permitir vincular no cadastro o tipo do bem;
b.4	Deverá permitir registrar a descrição do bem;
b.5	Deverá permitir definir os imóveis como "Próprio", "Alugado", "Cessão de Uso", "Doado" ou "Outros";
b.6	Deverá permitir informar o lote e quadra;
b.7	Deverá permitir informar a área construída em metros quadrados;
b.8	Deverá permitir informar a inscrição imobiliária;
b.9	Deverá permitir informar a latitude e longitude;
b.10	Deverá permitir anexar imagem do bem nas extensões "JPEG", "PNG" ou "GIF", devendo a imagem ser exibida no cadastro, sem a necessidade de baixar o arquivo para visualização.
b.11	Deverá permitir registrar o endereço do imóvel, definindo classificando como "Residencial", "Comercial", "Entrega/Correspondência" ou "Localização". Quando informado o CEP as informações do "Estado", "Município", "Logradouro" e "Bairro" devem ser preenchidas automaticamente, ficando para preenchimento o número e complemento.
b.12	Deverá permitir registrar os dados de registro do imóvel, definindo o Cartório do registro do imóvel, Ano de registro do imóvel, Livro, Folhas, Número, Inscrição e data de registro;
5.2.2	Registro da Ativação dos Bens:
a.	Deverá permitir realizar ativação dos bens que foram adquiridos / incorporados e não foram colocados em uso, com registro da data e bens que serão colocados em uso para que possa ser iniciada contagem da vida útil e depreciações desses bens;
5.2.3	Registro da Manutenção de Bens - Do Envio para Manutenção
a.	Deverá permitir definir se a manutenção será "Interna" ou "Externa", quando "Externa" deverá ser informado o fornecedor que realizará a manutenção e quando "Interna" deverá ser informado em qual local será realizado a manutenção;

b.	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
c.	Deverá permitir informar da data do envio;
d.	Deverá ao deixar o bem com status de "Em manutenção" bloquear as movimentações de baixa, transferência, reavaliação, entre outros, até que o bem retorne em uso, devendo apenas dar continuidade nas depreciações;
e.	Deverá permitir a seleção em grupo e individual;
f.	Deverá demonstrar através de lista os bens que serão encaminhados para manutenção, com número do bem, descrição, tipo do bem e local atual;
5.2.4	Do Retorno da Manutenção:
a.	Deverá permitir visualização da data da movimentação, porém não permitir retroagir lançamento;
b.	Deverá permitir identificar os bens que serão retornados consultando a data da movimentação, evento da movimentação, tipo da manutenção, local destino e o fornecedor;
c.	Deverá permitir a seleção dos bens em grupo e individual;
d.	Deverá ao retornar os bens da manutenção, colocá-los em "Em Uso" permitindo que as movimentações de baixa, transferência, reavaliação, entre outros, sejam realizadas;
5.2.5	Sobre o Inventário Patrimonial:
a.	Deverá permitir vincular a comissão responsável pela reavaliação dos bens móveis / intangíveis;
b.	Deverá permitir informar o número do processo e data inicial do inventário;
c.	Deverá permitir informar quais locais estarão em processo de inventário, bloqueado as movimentações para os locais inventariados;
d.	Deverá permitir registrar observação complementar;
e.	Deverá permitir informar os bens e relação carga e a localização atual;
f.	Deverá o sistema ao finalizar o inventário gerar em tela para melhor visualização do usuário os bens que foram localizados e que pertencem ao local atual, os bens que não foram localizados e os bens que foram localizados, porém não pertencem ao local atual;
g.	Deverá possibilitar que o usuário realize de forma automática a transferência dos bens que foram localizados, mas que não pertencem ao local atual.

6. Das funcionalidades e requisitos para o Sistema de Orçamento-Programa, Execução Orçamentária, Contabilidade Pública e Tesouraria.

O sistema deverá ter como objetivo atender plenamente a Legislação atual pertinente ao orçamento público e finanças públicas, bem como possibilitar atualizações para atender toda e qualquer modificação da legislação em vigência: Constituição Federal, Emendas Constitucionais e demais normativas.

6.1. Das especificações OBRIGATÓRIAS para o Sistema de Orçamento-Programa, Execução Orçamentária, Contabilidade Pública e Tesouraria.

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA O SISTEMA DE ORÇAMENTO-PROGRAMA, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA
6.1.1	Em conformidade com as NBCAPS (NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público), o sistema proposto deverá atender plenamente a Legislação atual pertinente ao orçamento público e finanças públicas, bem como possibilitar atualizações para atender toda e qualquer modificação da legislação em vigência a Constituição Federal, Emendas Constitucionais e demais normativas, que são:
a.	• Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101/2000;
b.	• Lei Complementar nº 131/2009 e Decreto Nº 7185 de 27/05/2010;
c.	• Lei Federal nº 4.320/64;
d.	• Portarias da STN/MF e SOF/MPOG;
e.	• Portarias STN (SICONFI);
f.	• Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
g.	• Portaria Nº 548 de 22/11/2010 – Ministério da Fazenda e;
h.	• Em especial, as regras do AUDESP, Fase I e II.
6.1.2	Conforme as necessidades desta entidade o sistema deverá atender os seguintes itens conforme o cronograma proposto:
a.	• Receita
b.	• Despesa

c.	<ul style="list-style-type: none"> • Tesouraria;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos/Convênios/Compensações;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Registro de informações por competência;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de dados para o Sistema AUDESP;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios destinados a atender a LRF;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios destinados a atender a Lei Complementar 131 (Transparência);
6.1.3	<u>PLANEJAMENTO</u>
a.	Elaboração das Peças de Planejamento Lei Orçamentária Anual (LOA), a partir de um cadastro unificado que permite a elaboração das peças em conformidade com as especificações definidas em cada etapa dos Projetos e Leis e controladas por versão, mantendo o histórico das operações.
6.1.4	<u>PARA ELABORAÇÃO DA LOA, O SISTEMA DEVERÁ:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com controle de versões para Projetos e Leis;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir Reabertura de Projetos de Leis não Aprovados;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Vinculação em efeito cascata de Institucionais (Correlação Audeps);
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro único de receitas que irão compor o orçamento do município, não permitindo cadastrar contas e/ou categorias que não pertençam aos planos de contas e estruturas contábeis do Sistema AUDESP;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Vincular as receitas analíticas a sua unidade gestora e destinação de recursos, conforme proposto no Sistema AUDESP;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Vinculação das receitas à Legislação, para fins de impressão do Quadro de Legislação da Receita;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir incluir valores previstos/orçados nas receitas analíticas;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir digitação de novas estruturas de receitas;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de novos cadastros estruturais de Despesas com possibilidade de vinculação de elementos atrelados a classificação econômica, conforme legislação federal e alterações;

j.	<ul style="list-style-type: none"> • Bloqueio para cadastros de despesas com categorias econômicas que não pertençam ao plano de contas sistema AUDESP;
k.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastrar despesas distintas quando a dotação orçamentária, possuir mesma funcional programática, porém com destinação de recursos diferenciada;
l.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir a digitação a partir da versão aprovada em relação às fichas de despesas do orçamento anterior;
m.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir utilização das informações estruturais já cadastradas no PPA e LDO garantindo a compatibilidade das Peças de Planejamento;
n.	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar apenas as informações estruturais da Entidade conforme definido no Cadastro da Unidade Gestora;
o.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir a digitação da evolução da Receita;
p.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir a digitação da evolução da Despesa;
q.	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Programação Financeira Mensal de Desembolso das despesas fixadas, conforme legislação federal, podendo ser de forma automática e programando o valor orçado por despesa em até doze meses;
r.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir o cadastro de Lei do Orçamento, informando Número e ano da Lei, Data de Publicação, Data de Aprovação, Início e término da vigência, Classificação e Descrição.
s.	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar validações de dados incompatíveis à aprovação da versão do orçamento, como valores inconsistentes da Despesa.
t.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastros de Categorias Econômicas com Elementos de Despesas, Sub-Elementos ou maior desdobramento conforme a necessidade da entidade, em acordo com a Legislação Federal e alterações;
u.	<ul style="list-style-type: none"> • Efetuar validações de dados incompatíveis à aprovação da versão do orçamento, como valores inconsistentes entre Receitas e Despesas.
6.1.5	<u>GERAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA, FAZENDO AS SEGUINTE VALIDAÇÕES:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Não permitir cadastrar despesa com uma categoria econômica que não pertença à estrutura contábil de Plano de Contas e Categorias Econômicas do sistema AUDESP;

b.	<ul style="list-style-type: none"> • Não permitir cadastrar estrutura de despesa que não esteja relacionada ao PPA e LDO;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Quando a dotação possuir a mesma estrutura, porém somente com destinação de recursos diferenciada, o sistema deverá registrar dotações distintas;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir digitação do orçamento por modalidade de despesa, elemento de despesa ou desdobramento maior conforme parâmetros definidos pela entidade;
6.1.6	<u>DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTE RELATÓRIOS DO ORÇAMENTO:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de conferência das rubricas da receita, contendo o valor orçado;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de conferência da despesa, contendo: órgão, unidade orçamentária, unidade executora, funcional programática, categoria econômica, destinação de recurso e valor orçado separando o valor ordinário do valor vinculado;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo 1 – Demonstrativo da receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 2 – Resumo Geral da Receita;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo 2 – Categoria Econômica por Unidade Orçamentária;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo 2 – Categoria Econômica por Órgão;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo 6 – Programa de Trabalho por Unidade Orçamentária;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo 7 – Programa de Trabalho por Funções, Subfunções e Programas;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunções e Programas;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
j.	<ul style="list-style-type: none"> • Resumo das Despesas por Projeto e Atividade;
k.	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrativo das Funções, Subfunções e Programas por Categoria Econômica;
l.	<ul style="list-style-type: none"> • Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
m.	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da Evolução da Receita;

n.	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da Evolução da Despesa;
o.	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro da Legislação da Receita;
p.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo VII – Analítico da Previsão da Receita – LOA;
q.	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo VIII – Analítico da Despesa – LOA;
6.1.7.	<u>NA ABERTURA DO EXERCÍCIO:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com programação financeira das fichas de despesa, com automação de divisão segregada mensalmente (12 Meses);
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com programação financeira das fichas de despesa, com programação manual da distribuição mensal;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar utilização/movimentação da Execução Orçamentária;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar a utilização do cadastro de fornecedores do exercício anterior;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar a utilização de saldos e bancos do exercício anterior conforme processo de encerramento do usuário;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar saldos e cadastros ativos das Contas de Compensações;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar saldos e cadastros ativos dos Créditos Tributários e Dívida Ativa;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar saldos e cadastros ativos de Ativos Não Financeiros e Passivos Não Financeiros;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar saldos e cadastros ativos de Almoxxarifados e Patrimônios e Depreciações;
j.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar saldos e cadastros ativos de Contratos;
k.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar saldos e cadastros ativos de Centro de Custos;
l.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar Empenhos de Restos a Pagar, processados e não processados bem como os contratos a eles relacionados, conforme processo de encerramento do usuário;
m.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar Saldo de Balanço;
n.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar Saldos e pendências de conciliação bancária;
o.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar Saldos e Cadastros de fichas extraorçamentárias;
p.	<ul style="list-style-type: none"> • Liberar adiantamentos pendentes de prestações de contas do exercício anterior;

6.1.8.	<u>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>
6.1.8.1.	Controlar e realizar a execução orçamentária e financeira:
6.1.8.2.	<u>QUANTO À SEGURANÇA DOS REGISTROS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Não permitir digitação e gravação de empenhos com data inferior à do último empenho registrado. O não atendimento deste item desclassifica a licitante;
6.1.8.3.	<u>QUANTO À SEGURANÇA DOS REGISTROS CONTÁBEIS, O NÃO ATENDIMENTO DA PORTARIA Nº 548 DE 22/11/2010 (MINISTÉRIO DA FAZENDA), IMPLICA NA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE, CONFORME SEGUE:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> O sistema não deve permitir exclusão de registros da execução orçamentária e lançamentos contábeis, conforme disposto na Portaria Nº 548 de 22 de Novembro de 2010 do Ministério da Fazenda, em seu artigo 9º. O não atendimento deste item desclassifica a empresa licitante;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Os relatórios para acompanhamento da execução orçamentária e em especial as demonstrações contábeis, Diário, Razão e Balancete Contábil, devem conter as informações referentes ao Parágrafo Único, Artigo 10 da Portaria Nº 548 de 22 de Novembro de 2010 (Ministério da Fazenda). O não atendimento deste item desclassifica a empresa licitante;
6.1.8.4.	<u>DEMAIS OPERAÇÕES:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Identificação dos controles de Alterações Orçamentárias, separando as operações ocorridas na Unidade Gestora e entre Unidades Gestoras;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Estornos de empenhos em lotes, possibilitando efetuar simultaneamente o estorno de vários empenhos na mesma operação;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Reprocessamento automático de Ordem de Pagamento quando do estorno Parcial de uma operação, com identificação de novo documento com valores regularizados;

d.	<ul style="list-style-type: none"> • Estorno de Prestação de Contas de Adiantamento pelo usuário;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de anulação automática contemplando as fases do pagamento ao empenho definido o momento oportuno pelo usuário quando couber;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Totalizadores de saldos em todas as telas de inclusões e consultas de valores/movimentos;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Tela unificada de consulta de saldos das operações gerais do sistema;
6.1.9.	<u>NA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DEVERÁ PERMITIR:</u>
6.9.1.1.	Realizar e consultar a execução orçamentária, com os lançamentos de previsão da receita por rubrica e programação financeira, a partir da estruturação já aprovada no orçamento sendo necessário apenas preenchimento no mínimo dos seguintes campos;
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Institucional, Origem e Tipo para novos cadastros;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Institucional, Categoria Econômica, Destinação de Recursos, Ativos e Passivos Não Financeiros, Contratos e Convênios quando couber;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Valor Orçado (Inicial), com opção de distribuir para fichas orçamentárias marcação quando retenção;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta por Código, Categoria Econômica, Destinação de Recursos e Descrição da Categoria Econômica;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta de valor previsto, com Demonstrativo também de valor arrecadado, computando a diferença entre os valores de previsão e arrecadação
6.1.10.	<u>NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir a consulta de previsão da despesa por dotação identificando Institucional, Estruturação de Funcional Programática (composta por Função, Subfunção, Programa Ação, Categoria de despesa até o nível estabelecido em parâmetro, Destinação de Recursos, Dotação inicial, definindo o tipo de dotação (Orçamentária, Especial e Extraordinária) e programação financeira para o cronograma de desembolso;

b.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento e anulação parcial de reserva de dotação com comprometimento automático da dotação;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar os saldos das dotações orçamentárias, bloqueando lançamentos de empenhos e reservas, alterações orçamentárias, bem como qualquer outro que venha a utilizar o saldo da dotação, sem a existência de saldo orçamentário disponível;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento de fornecedores, com os seguintes campos obrigatórios: Data de Cadastro, tipo de fornecedor (Servidor, Autônomo, Credor, Fornecedor) CNPJ, RG, identificação de nacionalidade, identificação de cadastro ativo, bem como informações complementares e informações de automação de CEP conforme carga de dados utilizadas na base dos correios. Devendo para cada tipo, respeitar as obrigatoriedades de determinados itens para gravação, como: Servidor CPF, Autônomo CPF, Fornecedor CNPJ, Credor, sem exigência para documentos. Para as informações obrigatórias como CPF, RG e CNPJ, o sistema deve possuir validações para não aceitar informações inconsistentes;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar no cadastro de fornecedor e não permitir incluir fornecedor em duplicidade de CNPJ/CPF/RG, apresentado o código do fornecedor/credor já cadastrado;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento de Contratos na execução de despesa, com todas as informações necessárias para atendimento no Sistema AUDESP e legislações pertinentes, relacionados ao processo administrativo origem, o qual deve possuir todas as informações necessárias para a gestão;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir que os empenhos globais ou estimativos sejam passíveis de anulação parcial ou anulação total, retornando os saldos para as dotações de origem;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir o Reforço de Empenho mantendo o número de origem;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir na digitação do Empenho a vinculação ao Contrato de Despesa, antes do envio ao Sistema AUDESP;
j.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir efetuar a reserva de dotação orçamentária, mencionando

	em única reserva o valor a ser bloqueado mensalmente;
k.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir efetuar reserva de dotação orçamentária, mencionando em única reserva a utilização de valor parcial da mesma, sendo possível utilização posterior de seu saldo;
l.	<ul style="list-style-type: none"> Opção de anulação das reservas orçamentárias de forma automática, no momento da elaboração do empenho;
m.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir o controle dos Adiantamentos de Despesas de Viagens, podendo ser escolhida a quantidade de adiantamentos por responsável;
n.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir lançamento de Adiantamento de Despesas de Viagens, automatizando o processo de liquidação e Preparação de Pagamento, podendo se melhor couber efetivar também o pagamento na mesma operação;
o.	Permitir lançar a prestação de contas de adiantamento, contendo: Nº Prestação de contas (consulta) Empenho, conta bancária de devolução, calculando automaticamente as informações de valor utilizado e devolvido, conforme a identificação de documentos fiscais que podem ser inseridos individualmente na prestação, preenchendo o tipo de documento, data, número, descrição e valor do documento. Onde o sistema deve permitir gerar e imprimir automaticamente a nota de anulação do empenho no valor da devolução;
p.	As informações de saldo de banco, destinação de recursos saldo de pagamentos preparados, convênio Valor de adiantamento, Valor a Devolver bem como dados da ficha movimentada, ficam disponíveis em tela apenas para efeito de consulta.
q.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir Anulação total da Prestação de Contas;
r.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir Anulação total do empenho de adiantamento desde que seja primeiramente efetuada Anulação da prestação de contas quando couber;
s.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir o parcelamento de pagamento para despesas liquidadas em exercícios anteriores, realizando as contabilizações necessárias, mantendo a informação da despesa liquidada inalterada;

t.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento Alteração orçamentária vinculada à lei autorizadora, garantindo o equilíbrio orçamentário em seu lançamento, e efetuando as adequações necessárias ao equilíbrio do orçamento com medidas necessárias a alteração da programação financeira dos suprimentos financeiros e adequação da programação financeira da receita;
6.1.11.	<u>A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA BEM COMO ANULAÇÕES E CONSULTAS DE LIQUIDAÇÃO, DEVEM CONTER OBRIGATORIAMENTE OS SEGUINTE CAMPOS E CONDIÇÕES:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de documento (Nota Fiscal e Outros documentos)
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Número do Documento;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Valor do Documento;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável pela liquidação;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir lançamento de liquidação de empenho com mais de um documento fiscal para o mesmo fornecedor;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir lançamento de liquidação de empenho com mais de um vencimento do mesmo documento fiscal por fornecedor;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir inserir lançamento de retenção no ato da liquidação do empenho quando couber;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve consistir o montante dos documentos fiscais, não permitindo que o valor ultrapasse ou que seja inferior ao valor da liquidação;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir consulta de liquidações em tela por filtros mínimos de: Cód. Liquidação, Nº Empenho, ficha de despesa, Fornecedor, Data de Liquidação, Descrição da Liquidação, Valor Liquidado, Valor Anulado, Valor Retido, Valor da Preparação de Pagamento (Ordem) e Saldo;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir anulação parcial (exceto movimentos com retenção) dos movimentos liquidados, desde que o mesmo possua saldo disponível;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir anulação total dos movimentos liquidados com retenção, desde que o mesmo possua saldo disponível;

i.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir anulação automática do processo partindo do movimento de liquidação, estornando o saldo do empenho e retornando o mesmo a dotação orçamentária, quando couber;
6.1.12.	<u>NA MOVIMENTAÇÃO DA TESOURARIA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento da agência bancária, possibilitando personalizar com um nome a informação de cada agência. Neste mesmo módulo podendo pesquisar todas as agencias já cadastradas e se necessário, alterá-las caso não tenha movimentação;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento da conta bancária com obrigatória definição de conta contábil;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência bancária entre contas bancárias identificando origem e destino, informando o tipo de documento utilizado para transferência e possibilitando a autenticação deste movimento;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Conciliação Bancária com identificação de depósitos, retiradas e movimentos não lançados;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Conciliação Bancária com visualização do resumo em tela e fechamento mensal com a finalidade de auxiliar na diminuição dos erros de gravações e segurança nos dados.
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de Arrecadação subdividido em Receitas Orçamentárias, Suprimentos Financeiros e lançamentos extraorçamentários, cada um com seus devidos módulos de anulação, sendo que os mesmos demonstram as anulações já efetivadas.
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir efetuar preparação de pagamento para um ou vários empenhos do mesmo credor/fornecedor;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir efetuar pagamento das despesas Orçamentárias e de Restos a Pagar, diretamente na tela de Preparação de Pagamentos acionando o link "PAGAR";
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir efetuar pagamento das despesas Extraorçamentárias, diretamente na tela Despesa Extraorçamentárias, acionando o link "PAGAR";

j.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir efetuar pagamento simultaneamente independentemente do tipo de operação, sejam eles Orçamentários, Extraorçamentárias Suprimentos Financeiros e Restos a Pagar;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Deve permitir efetuar reclassificação de valores das receitas orçamentárias e extraorçamentárias;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá instalar caixas, tendo sempre o caixa centralizador das operações, onde cada caixa terá a abertura, movimentação e encerramento de forma independente;
k.	<ul style="list-style-type: none"> • Configuração de layouts de cheque;
l.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta de saldo de caixa em tela, tendo a opção de imprimir na autenticadora;
m.	<ul style="list-style-type: none"> • Borderô de pagamento eletrônico, para realizar o envio através de interface disponibilizado pela instituição para os pagamentos dos fornecedores e baixa automática dos documentos envolvidos;
n.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de pagamento eletrônico por banco e fornecedor listando os pagamentos eletrônicos por ordem de pagamento eletrônica;
o.	<ul style="list-style-type: none"> • Após fechamento do período de conciliação não permitir reabertura em caso de dados já armazenados;
p.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir lançamento de estorno de arrecadação, Orçamentária, Extra e/ou Suprimentos por código reduzido, com a contrapartida no banco correspondente;
q.	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de documento de arrecadação ou guia de receitas, a serem utilizados a qualquer momento pelo operador do sistema, permitindo a autenticação e impressão automática na quantidade de vias necessárias;
r.	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar o movimento extraorçamentário de depósitos e consignações identificando as receitas e seus respectivos pagamentos assim permitindo controlar e conciliar as receitas com os pagamentos extraorçamentárias por movimento.
s.	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar o movimento extraorçamentário realizável identificando os pagamentos e suas respectivas receitas assim permitindo controlar

	e conciliar os pagamentos com as receitas extraorçamentárias por movimento.
t.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos saldos de Pagamentos Preparados, permitindo agilidade na consulta de movimentações, bem como auxiliando o processo de conciliação bancária;
6.1.13	<u>RELATÓRIOS DE MOVIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e Controle de Retenções;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Posição Financeira da Dívida Flutuante/Realizável;
6.1.14	<u>RELATÓRIOS DA EXECUÇÃO DA RECEITA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Relação de Movimentos de Receita;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Relação Analítica da Receita;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Receita por Destinação de Recursos;
6.1.15	<u>BALANCETE DA RECEITA TENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE</u> <u>INFORMAÇÕES:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Orçada;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizada;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Programada;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação Anterior;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação no Período;
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação Total Período;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação Total;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Diferença Arrecadação – Orçada;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Diferença Arrecadação – Programada;
j.	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação das receitas extraorçamentárias, segregadas por conta contábil;
k.	<ul style="list-style-type: none"> • Saldo Financeiro do Exercício Anterior;
6.1.16	<u>RELATÓRIOS GERAIS DA DESPESA:</u>

a.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Credores/Fornecedores com as informações básicas conforme AUDESP, com filtro de emissão escolhendo somente o cadastro dos fornecedores com movimento;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de controle de empenhos global, ordinários ou estimativos, demonstrando os empenhos e as anulações dos mesmos, podendo selecionar o tipo de empenho que pode ser: orçamentário, extraorçamentário e orçamentário e RP;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de Controle dos Adiantamentos sendo concedidos, abertos, baixados e empenhados. Com a possibilidade de ser orçamentário, restos a pagar, com a opção por empenho ou fornecedor filtrando por tipo empenhado, aberto, baixado ou com Demonstrativo de estornos;
d.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Prestação de Contas de Adiantamento, com opção de filtros: Intervalo de Data de Adiantamento, Fornecedor, Número de Empenho, Anulação, Tipo de Documento Fiscal e Número de Documento Fiscal;
e.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Créditos Adicionais, demonstrando as alterações orçamentárias, com as informações em nível de Programas, Projetos, Atividades e ou Operações Especiais;
f.	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos, conforme metodologia de cálculo do Sistema AUDESP;
g.	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo de Movimentação Extraorçamentária;
h.	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios para controle da movimentação dos contratos com terceiros e fornecedores celebrados pela entidade;
i.	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciamento de toda movimentação de contratos identificando as despesas vinculadas e sua movimentação;
j.	<ul style="list-style-type: none"> Relação pagamento e receita por Contrato;
k.	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo resumido de Contratos;
6.1.17	<u>BALANCETE DA DESPESA TENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE</u> <u>INFORMAÇÕES:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Dotação inicial;

b.	• Alteração de Dotação (Suplementação/Anulação);
c.	• Dotação Atualizada;
d.	• Empenhado Anterior;
e.	• Empenhado no Período;
f.	• Empenhado Atual;
g.	• Liquidado Atual;
h.	• Pago Anterior;
i.	• Pago no Período;
j.	• Pago Atual;
k.	• Empenhos a pagar;
l.	• Movimentação das despesas extraorçamentárias relacionadas por conta contábil;
m.	• Saldo financeiro atual;
n.	• Permitir definir o nível de detalhamento do balancete seguindo a hierarquia da funcional programática;
6.1.18	<u>RELATÓRIOS DE MOVIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS</u>
a.	• Acompanhamento e Controle de Retenções;
b.	• Posição Financeira da Dívida Flutuante/Realizável;
6.1.19	<u>RELATÓRIOS GERAIS DA TESOURARIA:</u>
	• Relatório de pagamentos eletrônicos
a.	• Relação de obrigações a pagar filtrando por: tipo, fornecedor, período, ficha, institucional, vencimento e destinação de recurso;
b.	• Emissão de cheques avulsos;
c.	• Relatório de cheques emitidos, pagos e avulsos;
d.	• Extrato bancário;
e.	• Relatório de conferência de bancos conciliados;
f.	• Boletim de caixa identificado por massa previdenciária segregada;

g.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Aplicação de Resgate das APR, com filtros por código da APR, Período e Banco, conforme Art. 3º B da Portaria MPS Nº 519/2011. Incluído pelo Art. 2º da Portaria MPS Nº 170 de 25/04/2012, DOU de 26/04/2012;
h.	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrativo de Resultado de Investimentos;
i.	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrativo de Acompanhamento da Política de Investimentos, com a possibilidade de acompanhamento conforme os limites estabelecidos na CMN ou no Plano de Investimento aprovados pela Entidade;
j.	<ul style="list-style-type: none"> • Extrato de Movimentação para apuração de recursos entre fundos ou em contas ordinárias, bem como transferências de recursos efetuadas entre fundos e/ou entre recursos ordinários.
6.1.20	<u>CONTABILIDADE</u>
a.	Objetivo: Registro dos atos e fatos contábeis e administrativos da entidade.
b.	Utilizar Plano de Contas ÚNICO, padronizado conforme o disponibilizado pelo Sistema AUDESP (Lei 4.320/64 e alterações) já com as devidas alterações/adaptações para atendimento ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP (Comunicado SDG 46/2012 do TCESP);
c.	Permitir geração dos lançamentos contábeis e de Variações Patrimoniais conforme movimentação inserida no sistema, de forma concomitante as operações;
d.	Em todos os casos de lançamentos contábeis, o sistema deverá consistir todos os débitos e créditos realizados por data e histórico padrão, não permitindo a finalização de lançamentos compensados e ou que não atendam o método das partidas dobradas.
6.1.21	<u>REGISTRAR AS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E CONTROLE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento, atualização e baixa de Ativos Não Financeiros;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento, atualização e baixa de Passivos Não Financeiros;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento, estorno e baixa de Provisões (Ativos e Passivos não Financeiros);

d.	<ul style="list-style-type: none"> Reclassificação de Ativos e Passivos não Financeiros, os quais não geram variação patrimonial;
e.	<ul style="list-style-type: none"> Lançamento de almoxarifado independente da Execução Orçamentária, quando não integrado;
f.	<ul style="list-style-type: none"> Lançamento de patrimônio independente da Execução Orçamentária, quando não integrado;
g.	<ul style="list-style-type: none"> Lançamentos Permutativos”;
h.	<ul style="list-style-type: none"> Lançamento, estorno e baixa de depreciação;
i.	<ul style="list-style-type: none"> Cadastro e movimentação de controles efetuados no sistema compensado, os quais são independentes da Execução Orçamentária;
j.	<ul style="list-style-type: none"> Lançamentos Contábeis Concomitantes a cada operação executada em sistema;
k.	<ul style="list-style-type: none"> Modo de encerramento permitido utilização de exercícios simultâneos, sem afetar a harmonização da rotina de lançamentos contábeis.
6.1.22	<p><u>EMITIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS CONFORME LEI 4.320/64, MODELOS DO SISTEMA AUDESP E MODELOS DA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL (STN), SEGUNDO PCASP, DISPOSTO NA PORTARIA STN Nº 669/2017.</u></p>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de Balancete Contábil;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de Diário;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Emissão do Razão;
d.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa por Categoria Econômica;
e.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 2 - Resumo Geral da Receita;
f.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 2 - Natureza da Despesa Consolidação Geral por Órgão;
g.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 2 - Natureza da Despesa Consolidação Geral por Unidade Orçamentária;

h.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 6 - Demonstrativo da Despesa por Programa de Trabalho;
i.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 7 - Demonstrativo da Despesa por Projeto/Atividade;
j.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Vínculo;
k.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Função;
l.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
m.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada;
n.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 12 - Balanço Orçamentário; conforme SISTEMA AUDESP
o.	<ul style="list-style-type: none"> Receita e Despesa Intraorçamentária;
p.	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo do Equilíbrio Orçamentário;
q.	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo dos Créditos Adicionais e seus Recursos;
r.	<ul style="list-style-type: none"> Despesas por tipo de Crédito;
s.	<ul style="list-style-type: none"> Movimentação Orçamentária;
t.	<ul style="list-style-type: none"> Movimentação do Suprimento Financeiro;
u.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 13 - Balanço Financeiro, conforme SISTEMA AUDESP;
v.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 13 A - Demonstrativo das Contas que constituem o título "Diversas Contas" do Balancete Financeiro, conforme SISTEMA AUDESP;
w.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 13 - Balanço Financeiro (Conforme PCASP);
x.	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo do Movimento Extraorçamentário;
y.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 14 - Balanço Patrimonial, conforme SISTEMA AUDESP;
z.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 14 A - Quadro Demonstrativo das Contas Analíticas do Ativo e Passivo Financeiro, conforme SISTEMA AUDESP;
aa.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 14 B - Quadro Demonstrativo das Contas Analítica do Ativo e Passivo Permanente, conforme SISTEMA AUDESP;
bb.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 14 - Balanço Patrimonial (Conforme PCASP);
cc.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme SISTEMA AUDESP;

dd.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais (Conforme PCASP);
ee.	Demonstrativos Auxiliares da Demonstração das Variações Patrimoniais (Conforme PCASP);
ff.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna;
gg.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante;
hh.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 19 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Conforme PCASP).
6.1.23	<u>RELATÓRIOS GERAIS DA CONTABILIDADE:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório do Ativo Não Financeiro: Resumo e Extrato;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Passivo Não Financeiro: Resumo e Extrato;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Almoxarifado: Resumo e Extrato;
d.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Patrimônio: Resumo e Extrato;
e.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Depreciação: Resumo e Extrato;
f.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Compensação Resumo e Extrato;
g.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Demonstrativo dos Lançamentos Permutativos
6.1.24	<u>AUDITORIA ELETRÔNICA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS – AUDESP/TCESP:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Cadastramento dos contratos celebrados para acompanhamento dos mesmos, conforme padronização do TCESP, oferecendo ao operador total controle das informações a serem prestadas;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Geração de forma automática dos dados em formato especificado pelo Tribunal de Contas (AUDESP) na forma de arquivo “Isolado”, contendo movimentação contábil, financeira e orçamentária para geração dos dados de cadastro mensal, arquivo conta-contábil e arquivo conta corrente em padrão “XML”, para transmissão mensal por meio do coletor de dados do Sistema AUDESP;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Geração de forma automática dos dados em formato especificado pelo Tribunal de Contas (AUDESP), dos itens solicitados, para os cadastros e Leis Orçamentárias, a serem remetidos pelo ente,

	estando disponível para a criação e transmissão dos pacotes iniciais e quadrimestrais por meio do coletor do órgão de fiscalização dos dados de movimentação das peças de planejamento/orçamento da administração direta e indireta com movimentação referente ao período de competência da vigência da legislação;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Geração automática de arquivo de "Conciliações Bancárias Mensais" para remessa ao Sistema AUDESP contendo todas as contas movimentadas;
e.	<ul style="list-style-type: none"> • Geração dos dados de Contratos de Concessão e Permissão de Serviço Público; Mapa de Precatórios; Dados de Balanços Isolados, para atendimento do Sistema AUDESP no que diz respeito à Prestação de Contas Anuais
f.	<ul style="list-style-type: none"> • Validações concomitantes as gravações de dados inconsistentes ao sistema relacionados garantindo a integridade dos dados quanto à geração, envio e armazenagem dos dados contábeis (Audesp) ao Tribunal de Contas;
g.	<ul style="list-style-type: none"> • Validações necessárias as operações inseridas no sistema, realizadas novamente durante o processo de fechamento mensal;
6.1.25	<u>EMITIR RELATÓRIOS, SOB SOLICITAÇÃO:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> • Balancetes de Contas AUDESP, apresentando o saldo inicial, movimentos de créditos e débitos e saldos finais, individualizados por conta contábil, referente ao período de lançamentos executados;
b.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Contas Correntes AUDESP, apresentando o saldo inicial, movimentos de débitos, créditos e saldos finais, referente ao período de lançamentos executados com conteúdo detalhado;
c.	<ul style="list-style-type: none"> • Extrato bancário com filtro por Período, Ordenação, Bancos, Tipos, Com e Sem movimentação e exibindo a informação por fornecedor;
d.	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigações a Pagar por Fornecedor e Empenhos;
6.1.26	<u>LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL:</u>
a.	Permitir a geração dos quadros da Lei de Responsabilidade Fiscal, totalmente automatizados, em conformidade com os quadros do AUDESP;

b.	• Demonstrativo RREO – Balando Orçamentário;
c.	• Demonstrativo RREO – das Despesas por Função e Subfunção;
d.	• Demonstrativo RCL – Receita Corrente Líquida;
e.	• Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
f.	• Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras – RPPS;
g.	• Demonstrativo do Resultado Nominal;
h.	• Demonstrativo do Resultado Primário;
i.	• Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras;
j.	• Demonstrativo de Restos a Pagar;
k.	• Demonstrativo de Apuração das Despesas com Pessoal;
l.	• Demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal;
m.	• Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
n.	• Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
o.	• Demonstrativo da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
p.	• Demonstrativo de Apuração do Cumprimento ou não do Art. 42 da LRF.
6.1.27	<u>ANEXOS DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME PORTARIA STN;</u>
a.	• Anexo I – Balanço Orçamentário;
b.	• Anexo II – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
c.	• Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
d.	• Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
e.	• Anexo V – Demonstrativo do Resultado Nominal;
f.	• Anexo VI – Demonstrativo do Resultado Primário;
g.	• Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;

h.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo VIII – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
i.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo IX – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
j.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo X – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;
k.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo XI – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.
l.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo XII – Demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
m.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas;
n.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo XIV – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
6.1.28	<u>ANEXOS DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL CONFORME PORTARIA DA STN;</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo I – Demonstrativo da Despesa com pessoal;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
d.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito;
e.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
f.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal;
6.1.29	<u>EXPORTAÇÃO DE DADOS PARA OUTRAS ENTIDADES</u>
a.	Preenchimento automático do SICONFI- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Planilha DCA Balanço Anual, e Planilha Relatório de Gestão Fiscal), da Secretaria do Tesouro Nacional, para transmissão pelo usuário no site da STN (Secretaria do Tesouro Nacional);
b.	Por opção do usuário, permitir a geração do arquivo no layout definido da

	PRODESP, para atendimento á transparência pública e remessa dos arquivos pelos usuários por meio de "validador" do órgão estadual mencionado.
6.1.30	<u>TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS</u>
a.	Permitir o atendimento a Lei de Transparência Pública nº 131, de 27 de maio de 2009, a qual estabelece regras para a divulgação de informações pormenorizadas das Contas Públicas na Home Page do Órgão Público;
b.	Possibilitar o atendimento ao Decreto nº 7.185 de 27/05/2010, que esclarece e acrescenta novas regras quanto a Lei nº 131 de 27/05/2009;
c.	Bloquear qualquer alteração no sistema das informações já disponibilizadas no portal de transparência da entidade, evitando informações em duplicidade e/ou alteração de resultados.
d.	O bloqueio deverá ser feito automaticamente sem a intervenção do operador do sistema.
6.1.31	<u>INTEGRAÇÕES MÍNIMAS:</u>
a.	Contabilidade / Compras:
a.1.	Permitir integração com o módulo de Compras.
b.	Contabilidade /Almoxarifado:
b.1	Permitir integração com o módulo de Almoxarifado.
c.	Contabilidade/Patrimônio:
c.1	Permitir integração com o módulo de Patrimônio.

6.2. Das especificações **DESEJÁVEIS** para o **Sistema de Orçamento Programa, Execução Orçamentária, Contabilidade Pública e Tesouraria.**

ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES DESEJÁVEIS DO SISTEMA DE ORÇAMENTO-PROGRAMA, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA.
6.2.1	<u>PARA ELABORAÇÃO DA LOA, O SISTEMA DEVERÁ:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Vinculação das receitas à Legislação, para fins de impressão do Quadro de Legislação da Receita;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Digitar valores orçados nas receitas analíticas;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Cadastros de Categorias Econômicas com Elementos de Despesas, Sub-Elementos ou maior desdobramento conforme a necessidade da

	entidade, em acordo com a Legislação Federal e alterações;
d.	<ul style="list-style-type: none"> Realização da Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso das Receitas e Despesas Orçadas, conforme legislação federal, podendo ser de forma automática;
e.	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão de programação financeira de receita, programando o valor orçado por rubrica de receita em até doze meses;
f.	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão de programação financeira da despesa, programando o valor orçado por despesa em até doze meses;
6.2.2	<u>DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTE RELATÓRIOS DO ORÇAMENTO:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de conferência das rubricas da receita, contendo o valor orçado;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de conferência da despesa, contendo: Institucional, funcional programática, categoria econômica, destinação de recurso e valor orçado, identificando separadamente os valores ordinários dos valores vinculados;
6.2.3	<u>NA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DEVERÁ PERMITIR:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Institucional, Origem e Tipo para novos cadastros;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Programação em meses: Janeiro a Dezembro, podendo ser alterada durante a execução orçamentária;
6.2.4	<u>NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da programação financeira da despesa, conforme a execução orçamentária, demonstrando o valor orçado, alterações, valor programado, empenhado, reservado e Dotação atualizada, bem como saldo acumulado no período mensalmente.
b.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir que os empenhos ordinários sejam passíveis de anulação total ou parcial;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir impressão da nota de empenho sempre que finalizada cada operação;
d.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir impressão da reserva de dotação sempre que finalizada

	cada operação;
e.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir que ao final do exercício os empenhos com saldo possam ser inscritos em restos a pagar de acordo com a legislação, sendo processados ou não processados;
f.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a consulta em tela por meio da programação financeira, de dotação orçamentária mensal por ficha, demonstrando valor orçado, valor empenhado, valor reservado, os movimentos de alterações orçamentárias e saldo disponível atual;
g.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir consultar previsão da despesa por dotação identificando à institucional, Funcional Programática, Dotação Inicial, Destinação de Recurso;
h.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a qualquer tempo a consulta das notas de empenhos;
i.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a consulta de empenhos em tela por filtros mínimos: Nº Empenho, Data, Ficha, Fornecedor, Histórico, Tipo, Valor, Valor Reforçado, Valor Anulado, Saldo, Valor a Liquidar.
6.2.5	<u>NA MOVIMENTAÇÃO DA TESOURARIA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a impressão de cheques individuais ou em formulário contínuo, como opção de um ou vários empenhos e/ou um ou vários cheques;
6.2.6	<u>RELATÓRIOS DA EXECUÇÃO DA RECEITA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Relação das Fichas de Receita – Execução;
b.	<ul style="list-style-type: none"> Programação Financeira Mensal da Receita;
c.	<ul style="list-style-type: none"> Transparência de Gestão Fiscal: Previstas, lançadas, arrecadadas e por período.
6.2.7	<u>RELATÓRIOS GERAIS DA DESPESA:</u>
a.	<ul style="list-style-type: none"> Relação de empenhos com seleção de especificação das despesas relacionadas a gastos com pessoal, contendo opções de filtros por: Ficha de Despesa, Institucional, Funcional Programática, Destinação de Recurso, Fornecedores;